



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DO PANTANAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**SUELLEN MARIA MONTEIRO ROSA MARCOS**

**O PAPEL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLARIZAÇÃO DE  
JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO  
ENSINO SUPERIOR**

**CORUMBÁ-MS  
2023**

**SUELLEN MARIA MONTEIRO ROSA MARCOS**

**O PAPEL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLARIZAÇÃO DE  
JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO  
ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal (PPGE/CPAN), Área de Concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na linha de pesquisa: Políticas, práticas educacionais e exclusão/inclusão social como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof<sup>o</sup> Dr. Fabiano Quadros Rückert

**CORUMBÁ-MS  
2023**

**SUELLEN MARIA MONTEIRO ROSA MARCOS**

**O PAPEL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLARIZAÇÃO DE  
JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO  
ENSINO SUPERIOR**

Dissertação intitulada “O papel do Programa Bolsa Família na escolarização de jovens universitários da educação básica ao ensino superior.”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Fabiano Quadros Rückert (Orientador)  
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS)

---

Profa. Dra. Barbara Amaral Martins (Membro Titular)  
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS)

---

Profa. Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia (Membro Titular)  
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS)

---

Prof. Dr. Fabiano Antonio dos Santos (Membro Suplente)  
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS)

**CORUMBÁ-MS  
2023**

*Dedico este estudo aos meus queridos pais, por todo exemplo de força, dedicação e sabedoria. Gratidão e amor por toda vida!*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente direciono minha gratidão à Deus, por ter me concedido força e sabedoria nos momentos de dificuldade, angústia, ansiedade e tristeza. Enfim, por ter me amparado em todos os desafios até aqui.

Agradeço à minha querida Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, por ter me proporcionado tanto conhecimento na graduação e na pós graduação, pelas experiências ímpares que vivi como acadêmica e como indivíduo vivendo em sociedade, pelos colegas que fiz nessa trajetória, ao corpo docente e servidores em geral da instituição.

À minha família, meus pais: Sueli e Francisco, por toda dedicação e afeto, e por sempre priorizarem os estudos na minha vida e dos meus irmãos: Francisco e Adriano. Agradeço também às minhas cunhadas: Jackeline e Mirian por todo o apoio e aos meus queridos sobrinhos: Ana Julia e Pedro que trouxeram doçura e ternura para ajudar nos momentos de amargura. Ao meu companheiro Nilson, por sempre me apoiar e me encorajar.

Ao meu Orientador Fabiano, pela paciência, dedicação e compreensão para contribuir com meu crescimento acadêmico, oportunizando momentos de reflexão e descobertas. O senhor foi essencial nessa trajetória, deixo aqui o meu muito obrigada!

Por fim, à todos que acreditaram, me incentivaram, com palavras de apoio e amor, quando os dias estavam cinzentos e a desanimação era o que tomava conta, gestos que fizeram a diferença para eu continuar, mesmo em meio a todas as dificuldades, minha eterna gratidão!

## RESUMO

A presente dissertação vincula-se a linha de pesquisa: Políticas, práticas educacionais e exclusão/inclusão social do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. O objetivo geral do trabalho aborda as relações entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a inserção de estudantes procedentes de famílias pobres no Ensino Superior. O PBF foi criado no ano de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de proteger famílias em situação de vulnerabilidade, por meio da transferência de renda condicionada. Dentre os estudos apresentados pelo respectivo programa, destacamos a redução nos indicadores de pobreza, o empoderamento das mulheres contempladas com a titularidade do benefício, a ampliação no acesso dos pobres aos serviços de saúde e o prolongamento na escolarização das crianças e adolescentes das famílias beneficiadas. Sem desconsiderar a importância destes resultados, desenvolvemos uma pesquisa centrada no prolongamento dos estudos dos beneficiários. Revisamos a bibliografia especializada para compreender o impacto do PBF na escolarização de crianças e adolescentes contemplados pelo benefício. E, a partir de um estudo de caso, investigamos percepções sobre o PBF formuladas por estudantes do Ensino Superior que receberam o benefício no período em que cursavam a Educação Básica. O estudo de caso contemplou um conjunto de estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Por fim salientamos que o silenciamento da Universidade a respeito da pobreza e das desigualdades precisa ser repensado. Acreditamos que a discussão sobre as intencionalidades de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza e a promoção da igualdade é necessário e salutar. E, nesse sentido, acreditamos que a presente Dissertação oferece uma modesta contribuição para que a discussão ganhe forma e consistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Bolsa Família, Ensino Superior, Pedagogia, Prolongamento de estudo.

## ABSTRACT

This dissertation is linked to the of research: Policies, educational practices and social exclusion/inclusion of the Graduate Program Master in Education at the Federal University of Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal. The general objective of the work addresses the relationship between the Bolsa Família Program (PBF) and the enrollment of students from poor families in higher education. The PBF was created in 2003 during the presidency of Luiz Inácio Lula da Silva with the aim of protecting vulnerable families through conditional cash transfers. Among the studies of the program, we highlight the reduction of poverty indicators, the empowerment of women who receive the benefit, the increase in access to health services for the poor, and the extension of schooling for children and adolescents from beneficiary families. While recognizing the importance of these results, we conducted research focused on the extension of studies for program beneficiaries. We reviewed specialized literature to understand the impact of the PBF on the education of children and adolescents who receive the benefit. Through a case study, we investigated perceptions about the PBF formulated by higher education students who received the benefit while attending basic education. The case study included a group of students from the Pedagogy Teacher Education Program at the Federal University of Mato Grosso do Sul, Pantanal Campus. Finally, we emphasize that the silence of the University regarding poverty and inequalities needs to be rethought. We believe that the discussion about the intentions and results of public policies aimed at fighting poverty and promoting equality is necessary and healthy. And, in this sense, we believe that this Dissertation offers a modest contribution for the discussion to gain shape and consistency.

**Keywords:** Bolsa Família Program, higher education, pedagogy, extension of studies.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>AIBF</b>	Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família
<b>BA</b>	Programa Bolsa Atleta
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CadÚnico</b>	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CPAN</b>	Câmpus do Pantanal
<b>CRAS</b>	Centros de Referência e Assistência Social
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GEPED</b>	Grupo de Estudos em Pesquisa Educação, Pobreza e Desigualdade Social
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IES</b>	Institutos de Ensino Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PBU</b>	Projeto Bolsa Universidade
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>PET-Saúde</b>	Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
<b>PIBID</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PPGE</b>	Programa de Pós-graduação em Educação
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para todos

<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>SECAE</b>	Secretaria de Apoio para Assuntos Estudantis
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UFC</b>	Universidade Federal do Ceará
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFMG</b>	Universidade Federal Minas Gerais
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba
<b>UNISINOS</b>	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
<b>UERGS</b>	Universidade Federal Do Rio Grande do Sul

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Apresentação das teses e dissertações selecionadas para a análise.....	44
<b>Quadro 2-</b> Área do conhecimento dos trabalhos selecionados.....	47
<b>Quadro 3-</b> Filiação Acadêmica.....	48
<b>Quadro 4-</b> Objetivos e metodologias da revisão bibliográfica.....	50
<b>Quadro 5-</b> Bolsas mencionadas nos estudos selecionados.....	53

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráficos 1-</b> Frequência de publicações no período pesquisado.....	47
<b>Gráficos 2-</b> Localidades das Publicações.....	50
<b>Gráficos 3-</b> Momento em que se tornou beneficiária do PBF.....	77
<b>Gráficos 4-</b> Intenção de entrada no Ensino Superior.....	77
<b>Gráficos 4-</b> Contribuições do PBF para permanência no Ensino Superior.....	83

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>APÊNDICE B</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	97
<b>APÊNDICE B</b> - Roteiro de entrevista.....	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS INTERFACES COM A POBREZA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR</b> .....	21
1.1 Notas sobre a condicionalidade da frequência escolar e seus impactos na escolarização dos beneficiários.....	25
1.2 O que dizem as pesquisas sobre o impacto do PBF nos indicadores educacionais?.....	30
1.3 Considerações.....	38
<b>CAPÍTULO 2 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES POBRES NO ENSINO SUPERIOR</b> .....	41
2.1 Metodologia.....	43
2.2 Aspectos gerais do conjunto de pesquisas selecionadas na BDTD.....	47
2.3 Panorama do Conjunto de Pesquisas selecionadas.....	53
2.4 Análise das pesquisas selecionadas.....	56
<b>CAPÍTULO 3 EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES POBRES NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA UFMS – CAMPUS DO PANTANAL</b> .....	68
3.1 As participantes da pesquisa e suas histórias com o PBF.....	69
3.2 Questões introdutórias.....	72
3.3 Pobreza e preconceito: uma relação complexa.....	74
3.4 As trajetórias das entrevistadas na Educação Básica.....	75
3.4.1 Ingressar no Ensino Superior ou Não: uma escolha importante.....	77
3.4.2 Entrada no Ensino Superior e a escolha pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia .....	78
3.4.3 E depois do ingresso? .....	80
<b>3.5 Contribuições e percepções sobre o PBF</b> .....	83
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90

## INTRODUÇÃO

*“O homem para ser completo  
tem que estudar,  
trabalhar e lutar.”  
(Sócrates)*

A famosa frase do filósofo ateniense Sócrates, destacada na epígrafe desta página, descreve a situação de muitos brasileiros. Ela descreve também a minha jornada acadêmica iniciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia, em 2015, e prolongada como o ingresso no Programa de Pós-Graduação no Mestrado em Educação do Câmpus do Pantanal, ambos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Na etapa inicial desta jornada participei de atividades de Iniciação Científica e acompanhei discussões relacionadas aos objetivos e resultados do Programa Bolsa Família (PBF). O interesse pelo PBF – e pelas complexas relações entre a Educação e Pobreza – cresceu e resultou na pesquisa intitulada “O papel do Programa Bolsa Família na escolarização de jovens universitários da educação básica ao ensino superior”.

De forma indireta, o tema da pesquisa contempla aspectos da minha trajetória acadêmica. Durante os quatro anos da Graduação em Pedagogia recebi o Auxílio Permanência<sup>1</sup> e usei este recurso para despesas geradas pelas atividades acadêmicas. Receber o Auxílio Permanência foi um importante incentivo. Por meio deste recurso providenciei parte dos livros e fotocópias usados na Graduação adquiri meu primeiro notebook.

Durante a Graduação em Pedagogia tive a oportunidade de participar ativamente no Grupo de Estudos em Pesquisa Educação, Pobreza e Desigualdade Social/GEPED. O respectivo grupo promovia encontros semanais de estudantes para leitura e discussão de textos relacionados à pobreza e à escolarização dos pobres.

No ano de 2017 participei do Encontro Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social, na cidade de Campo Grande. No mesmo ano também participei

---

<sup>1</sup> É uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. O recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício. Atualmente o valor é de R\$ 900,00 para estudantes indígenas e quilombolas e R\$ 400,00 para os demais. (2022)

por duas semanas como auxiliar de pesquisa nas entrevistas para compor a tese da professora Dra. Ana Carolina Pontes Costa.<sup>2</sup>

A experiência foi breve, mas extremamente produtiva e provocativa. Na ocasião, participei de entrevistas com profissionais da educação de escolas que apresentavam altas taxas de eficácia escolar e elevado número de alunos beneficiários do PBF. No qual contribuiu para a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado em 2018 e intitulado “Escolas Com Alta Concentração de Beneficiários do Programa Bolsa Família no MS: Os profissionais da educação e suas percepções.”

Depois de concluir a Graduação, participei da seleção para o Programa de Pós-Graduação em Educação do Câmpus do Pantanal (PPGE-CPAN) apresentando um Projeto sobre o impacto do Programa Bolsa Família na escolarização dos pobres. A aprovação do respectivo Projeto possibilitou o começo de uma inserção no campo de estudos da Educação Social – área de concentração do PPGE-CPAN. Transitando por temas como Educação Especial, Direitos Humanos, Políticas Públicas de Educação, Formação Docente, Cultura Escolar e Escolarização dos Pobres, e contando com a orientação do Professor Dr. Fabiano Quadros Rückert, redefini o escopo da pesquisa e concentrei minha atenção na interpretação do PBF como um programa potencializador do avanço na escolarização dos pobres.

Segundo o Art. 4º, do Decreto nº 5.209/04, o Programa Bolsa Família tem como objetivo que as famílias em situações de vulnerabilidade social tenham acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, estimular o desenvolvimento das famílias beneficiárias e combater a pobreza. Inserido no contexto mais amplo das políticas de assistência social adotadas pelo Estado brasileiro, o PBF foi uma resposta do poder público ao desafio de minimizar os problemas relacionados à vulnerabilidade, pobreza e desigualdade social que atingem um grande contingente da população que vive a pobreza e a miséria, nas suas formas mais duras e desumanas.

O período da Nova República foi marcado por mudanças no cenário econômico, educativo, político e social. A promulgação da Constituição Federal de 1988 – a chamada Constituição Cidadã – reforçou o compromisso do Estado com o enfrentamento das

---

<sup>2</sup> A respectiva Tese foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro e se intitulada “Eficácia e Equidade Escolar: um estudo em escolas com alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no Estado de Mato Grosso do Sul.” (COSTA, 2019)

desigualdades sociais e sinalizou a intenção de ampliação dos benefícios sociais, sobretudo por meio de serviços na área da Educação e da Saúde. Dentro deste contexto, a proteção social para indivíduos que se encontram em vulnerabilidade e pobreza ganhou um âmbito constitucional\ as políticas brasileiras.

A priori, todas as sociedades possuem desigualdades e estas se apresentam de diversas formas. Algumas desigualdades são de natureza cultural, outras de natureza política ou econômica. Existem desigualdades justificadas pelas tradições culturais ou pelo ordenamento jurídico de uma determinada sociedade, e, também existem as desigualdades indesejadas – dentre as quais a pobreza se enquadra. E, no caso específico da pobreza, importa reconhecermos que ela é uma desigualdade que não pode ser eliminada simplesmente com a redistribuição de recursos dos ricos para os pobres. A pobreza é um fenômeno social complexo e excede a simples condição financeira de uma família ou de um sujeito (ROCHA, 2015).

O enfrentamento da pobreza – que sabemos, é apenas uma das muitas formas de desigualdades existentes – demanda políticas públicas para que todos os membros da sociedade tenham condições mínimas para viver. Ela também demanda ações voltadas para o enfrentamento dos preconceitos existentes em relação ao pobre. Neste sentido, Arroyo (2018, p. 17) está correto ao afirmar que:

Para compreender com profundidade o fenômeno da pobreza e da desigualdade social, é preciso dar importância, nos cursos de formação inicial e continuada, à discussão sobre os processos históricos de transformação dos sujeitos “diferentes” – vistos do ponto de vista dos dominadores – em sujeitos inferiores, pobres, desprovidos de terra, teto, poder, renda, trabalho e escola. Da análise desse contexto, é possível chegar à constatação de que políticas e programas de combate à pobreza não surtirão grandes efeitos caso se limitem à distribuição de renda, de alimentação e até de escolarização, porque a conformação dos grupos diferentes em desiguais se dá em contínua relação política. Nesse sentido, é necessário que essas iniciativas sejam acompanhadas de políticas eficientes de combate às desigualdades e de reconhecimento positivo das diversidades sócio-étnico-raciais e de gênero.

Apesar de envolver uma variável econômica, consideramos relevante destacar que a pobreza não pode ser reduzida à noção de carência e precariedade de renda. Ela precisa ser entendida de forma mais abrangente, assim como sugerido por Amartya Sen (2001). Estamos falando, portanto, da pobreza como privação de capacidades e necessidades

básicas que conduzem à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e à violência enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar.

A complexidade da pobreza precisa ser considerada quando colocamos em pauta o Programa Bolsa Família – um programa que envolve as três esferas do poder público (União, Estados e Municípios) e que atendem milhões de brasileiros. Sob certo aspecto, o PBF pode ser interpretado como o resultado de um processo de qualificação e ampliação da assistência prestada pelo governo aos segmentos mais pobres da população.

Construído para atender o compromisso constitucional do Estado com o enfrentamento da desigualdade social,<sup>3</sup> o PBF ganhou forma a partir da unificação de programas anteriores como o Bolsa Alimentação (vinculado ao Ministério da Saúde), o Auxílio Gás (vinculado ao Ministério das Minas e Energias), o Bolsa Escola (vinculado ao Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome). Formulado como um programa de transferência de renda condicionada, fixou como critério de concessão do benefício a renda per capita familiar e estabeleceu basicamente duas condicionalidades: (1) o acompanhamento da saúde das gestantes e das crianças; (2) e o cumprimento da frequência mínima.

A unificação de tais programas de transferência de renda, se deu segundo a lei<sup>4</sup> que criou o PBF, com o intuito de “melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização, ganhos de escala e facilidade da interlocução do Governo Federal com estados e municípios” (BRASIL, 2003).

A existência de duas condicionalidades, uma na área da Saúde e outra na Educação, e a divisão de responsabilidades entre a União, os Estados e os municípios, caracterizam o PBF como um programa intersetorial, ou seja, um programa que articula diferentes setores do poder público.

Outra característica importante para o funcionamento do PBF é o fato dele ser uma política focal de assistência social. Desde a sua implantação, o programa seleciona os segmentos mais vulneráveis da sociedade, e, por meio da transferência de renda condicionada, visa assegurar aos beneficiários o acesso aos mínimos sociais. Segundo

---

<sup>3</sup> Santos (2010, p. 3) denomina desigualdade social como uma “condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais”.

<sup>4</sup> Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

Scalon (2011), o PBF é uma estratégia política de enfrentamento da desigualdade social baseada na distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais. O ator argumenta que: “Políticas públicas distributivas são indispensáveis para melhorar as condições de vida e de bem-estar da população vulnerável; mesmo pequenas mudanças na distribuição de renda têm impacto significativo na redução da pobreza”. (SCALON, 2011, p. 64)

Isto implica em reconhecer que os resultados do PBF (e de outros programas de transferência de renda existentes no Brasil e em outros países) excedem o incremento na renda per capita familiar e produzem ganhos para todo o coletivo social. Dentro desta perspectiva, Silva, Yasbek e Giovanni (2011, p.123) advertem para a importância do PBF ser reconhecido como uma política pública “capaz de fortalecer os direitos sociais, ampliar a cidadania e caminhar na superação das marcas meritocráticas, residuais e paternalistas do sistema de proteção social brasileiro. (SILVA, YASBEK e GIOVANNI, 2011, p. 123)

Enquanto política pública, o PBF não pode ser considerado como um programa perfeito. E, na opinião de alguns críticos, a sua maior fragilidade consiste no fato de ser uma política assistencial focalizada – e, por consequência, não atender todos os pobres da sociedade brasileira. Mas apesar de ser seletivo, o PBF representa um avanço ao combate da fome e à pobreza, na medida em que possibilita aos seus beneficiários um maior poder de compra, e, potencializa, a ampliação da escolarização das crianças e adolescentes contempladas pelo benefício.

No que diz respeito aos impactos do PBF no âmbito da Educação, importa ressaltarmos que o programa não se configura como uma política pública educacional. Contudo, ao instituir uma das condicionalidades ser a obrigatoriedade da frequência escolar mínima, o PBF impactou de forma positiva nos indicadores educacionais.

Para Glewwe e Kassouf (2008, p. 1), os impactos dessa política pública pelo acesso dos beneficiários à escola através do Programa Bolsa Família estabelecendo um comparativo entre as taxas de matrículas e as taxas de abandono escolar.

Após contabilizar os efeitos cumulativos, o Bolsa Família tenha aumentado as taxas de matrícula em cerca de 5,5 pontos percentuais da 1ª à 4ª série e cerca de 6,5 pontos percentuais da 5ª à 8ª série. Os autores também descobriram que o programa reduziu as taxas de abandono escolar em cerca de 0,5 ponto percentual no caso de crianças da 1ª à 4ª série e cerca de 0,4 ponto percentual, no caso de crianças da 5ª à 8ª série. O programa aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9

ponto percentual para crianças da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série e 0,3 ponto percentual para crianças da 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série.

Nos seus aspectos gerais, a contrapartida da frequência escolar mínima objetiva prolongar o tempo de permanência das crianças e adolescentes pobres na escola e também almejar reduzir os níveis de reprovação, evasão e os indicadores de distorção idade-série, deste segmento social. Desse modo, estes indicadores educacionais receberam uma especial atenção do poder público e dos pesquisadores – ambos interessados em monitorar e interpretar o impacto do PBF na escolarização dos pobres.

Algumas interpretações produzidas a respeito do impacto do PBF na escolarização dos pobres serão analisadas nesta Dissertação que foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os aspectos gerais do PBF nas suas interfaces com a Educação e aborda questões relevantes na interpretação do programa, como, por exemplo, a condicionalidade da frequência mínima e os procedimentos de seleção e monitoramento dos beneficiários vinculados ao Cad-Único. No segundo capítulo analisamos as pesquisas localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações que abordam o impacto do Programa Bolsa Família no prolongamento da escolarização dos beneficiários. O capítulo final da Dissertação explora experiências de inserção de estudantes pobres (ex-beneficiários do PBF) no Ensino Superior. O grupo de estudantes que participou da pesquisa é composto por discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos da pesquisa, eles foram divididos em duas partes: a primeira se caracteriza como uma revisão bibliográfica e ganha contornos mais definidos no segundo capítulo; a segunda parte consiste na aplicação e interpretação do questionário respondido pelos discentes que participaram da pesquisa. Ambas as partes se caracterizam como pesquisa qualitativa.

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa pode ser conceituada como aquela que interpreta e analisa o conteúdo por sua qualidade e não por parâmetros de quantificação. O autor afirma que ela permite ao pesquisador a apropriação de teorias e métodos, analisar as perspectivas dos participantes em toda a sua diversidade, apresentar reflexões do pesquisador quanto ao seu objeto de estudo por meio de uma variedade de métodos:

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida. As expressões chaves

para essa pluralização são a “nova obscuridade” (Habermas, 1996), a “crescente individualização das formas de vida e dos padrões biográficos” (Beck, 1992) e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, estilos e formas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões (FLICK, 2009, p. 20).

Nota-se, assim, que as pesquisas são, cada vez mais, realizadas pelas estratégias indutivas para que haja a sensibilização para o estudo dos diversos contextos sociais. Compreende-se, assim, que a pesquisa qualitativa não pode ser conceituada de forma unificada entre os caminhos teóricos e metodológicos, o que possibilita a inserção de diversas abordagens teóricas e seus métodos de discussão.

Apesar de distintas nos procedimentos metodológicos, as três partes supramencionadas se articulam e oferecem elementos para uma reflexão sobre o papel do PBF no prolongamento dos estudos de jovens procedentes de famílias de baixa renda. Dentro deste escopo temático, os objetivos da pesquisa se dividem em duas escalas. São elas: (1) na macro escala, intencionamos construir uma narrativa crítica sobre a importância das políticas públicas – e, particularmente, do PBF – para a ampliação da escolarização dos pobres, ; (2) na micro escala, almejamos compreender como os sujeitos entrevistados interpretam o impacto do PBF na sua escolarização, e, simultaneamente, explorar as percepções destes sujeitos sobre as adversidades que os pobres enfrentam para ingressar e permanecer no Ensino Superior.

Consideramos pertinente informar ao leitor que a pesquisa desenvolvida se insere no âmbito da Educação Social – área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal (PPGE-CPAN). Isto implica em reconhecer que a preocupação com a escolarização dos segmentos mais pobres da sociedade e com o papel da educação na superação das desigualdades sociais perpassam o texto da Dissertação.

Acreditamos que a ampliação da escolarização das crianças e adolescentes pobres, incentivada pelo PBF, e a crescente inserção dos jovens pobres no Ensino Superior – fenômenos interligados, mas com dinâmicas distintas, se configuram como importantes avanços na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, ressaltamos a necessidade de discussões sobre as intencionalidades e os efeitos das políticas públicas voltadas para os segmentos socialmente vulneráveis. Neste sentido, esperamos que a Dissertação possa contribuir para o fomento destas discussões.

## **CAPÍTULO 1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS SUAS INTERFACES COM A POBREZA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

O presente capítulo aborda as interfaces do PBF com a pobreza e com a Educação Escolar. Partimos da premissa de que o PBF não se caracteriza como uma política pública de educação. No entanto, ao fixar a frequência escolar mínima das crianças e adolescentes beneficiados como uma das condicionalidades, o programa impacta no sistema de ensino brasileiro. Trata-se de um impacto indireto e que tem sido analisado pela bibliografia especializada a partir de variáveis como a redução na evasão escolar, a redução na distorção idade/série e a redução nos índices de reprovação dos beneficiados.

Antes de adentrarmos no tema específico do capítulo, consideramos pertinente ressaltar que autores como Frigotto (1984), Saviani (2006) Freitas (2002;2007), Nagle (2009) Algebaile (2009) Peregrino (2010) dentre outros, produziram importantes pesquisas sobre as relações entre a Educação e as desigualdades sociais no Brasil. Partindo de diferentes enfoques e adotando perspectivas teóricas distintas, estes autores interpretaram problemas como (i) os elevados índices de evasão e reprovação; (ii) os efeitos negativos da distorção idade/série; (iii) as limitações de infraestrutura física e de material didático nas instituições de ensino; (iv) a recorrente superlotação das salas de aula, sobretudo nos grandes centros urbanos; (v) as dificuldades no acesso ao transporte para estudantes de áreas rurais; (vi) os impasses no financiamento público do ensino; (vii) a falta de profissionais e equipamentos para o atendimento educacional especializado; (viii) a precarização do trabalho docente; e (ix) eficiência (ou ineficiência) os programas de aceleração do fluxo escolar.

Os problemas mencionados afetavam [e ainda afetam] o funcionamento de todo o sistema público de ensino escolar. No entanto, prejudicavam [e ainda prejudicam] de forma mais direta e incisiva, os estudantes pobres. Tanto no Brasil do passado, quanto no Brasil do presente, são os estudantes pobres os que enfrentam maior dificuldade para acessar a escola e para concluir a Educação Básica.

Sob certo aspecto, a gradual ampliação na oferta de matrículas na rede pública de ensino [registrada nas estatísticas escolares das décadas de 1980 e 1990] para beneficiar o segmento mais pobre da população. No entanto, apesar da ampliação nas matrículas – fenômeno interpretado como uma “universalização” no acesso por alguns autores e contestado por outros – os números de reprovação e evasão permaneceram elevados. Segundo Ferraro e Machado (2002, p. 225), dentro do conjunto populacional com faixa

etária entre 5 e 17 anos, registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 1996, cerca de 8,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 estavam fora da escola.

Parte deste expressivo contingente de crianças e adolescentes que não frequentavam à escola, no Brasil de 1996, estava envolvido no trabalho infantil. E a ocorrência do trabalho infantil comprovava a existência do vínculo entre evasão escolar e pobreza. Na intenção de desfazer este vínculo, em 1996 o governo federal implantou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Inicialmente, este programa foi implantado em 14 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (SILVA, YAZBEK; DI GIOVANNI, 2011) e, posteriormente, foi expandido para outros estados da federação.

Apesar de atender ao compromisso constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes, o PETI foi seletivo no público atendido e direcionou os recursos para municípios que apresentaram denúncias de ocorrência do trabalho infantil e propostas para o enfrentamento. Por meio do PETI, os municípios contemplados promoveram ações de orientação e qualificação profissional das famílias envolvidas no trabalho infantil e transferiram uma complementação de renda, denominada Bolsa Criança Cidadã (ZADRA, 2008). O recebimento da bolsa estava condicionado à frequência dos filhos na escola e à participação nas atividades de jornada ampliada financiadas pelo PETI. Para os municípios, o acesso aos recursos do PETI implicava no atendimento dos seguintes critérios:

A retirada de todas as crianças e adolescentes, menores de 16 anos de idade, de atividades laborais e de exploração; b) a retirada de todos os menores de 18 anos de idade de atividades de exploração sexual; c) a participação das atividades socioeducativas e dos programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda. (RISSATO, 2022, p. 134)

No período entre 1996 e 2005, o número de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI cresceu expressivamente, passando de 3.710 para 1.095.418 (RISSATO, 2022, p. 129). O crescimento no público atendido e a institucionalização do PETI mediante a Portaria n. 458, de 04 de outubro de 2001, evidenciaram a importância desta iniciativa de transferência de renda, iniciada no governo do Fernando de Henrique Cardoso, e mantida,

nos primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Extinto em 2005,<sup>5</sup> o PETI foi um importante ensaio para a implantação do maior programa de transferência de renda da história do Brasil – o PBF.

Mas antes do PBF ganhar forma, outro importante programa de transferência de renda foi implementado no Brasil. Em 2001, por meio da Lei 10.219<sup>6</sup>, o governo instituiu o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação, também chamado de Bolsa-Escola. O respectivo programa foi direcionado para as famílias com renda per capita familiar de ½ salário mínimo e que possuíam crianças ou adolescentes de 06 a 15 anos de idade, tendo cada família, o direito de receber um benefício por filho nesta faixa etária, até o limite de 03 filhos. O Bolsa-Escola se configurou como um programa de transferência de renda condicionada ao fixar a exigência de frequência escolar de 85% para as crianças e adolescentes.

A adesão dos municípios ao Bolsa-Escola foi rápida. Oito meses depois da sua implantação, 5.470 municípios já estavam credenciados. Em novembro de 2002, o programa estava atendendo 2,5 milhões de famílias e beneficiando 10,7 milhões de crianças e adolescentes (SILVA, YASBEK; DI GIOVANNI, 2011, p. 119). Apesar de apresentar indicativos de alta adesão, em 2003 o Bolsa-Escola foi extinto e os beneficiários foram incorporados no PBF.

Criado durante o governo de Luiz Inácio da Silva, por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), e regulamentado pela Lei nº. 10.836/2004 e pelo Decreto nº. 5.209 (BRASIL, 2004), o PBF foi implantado com o objetivo de combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência condicionada de renda para as famílias beneficiadas. As duas condicionalidades previstas consistem na (i) realização de exames pré-natais, acompanhamento nutricional e vacinação das crianças; e no (ii) acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários. A primeira estabelece uma interface entre o programa e a Saúde, e a segunda, por sua vez, estabelece uma interface entre a concessão do benefício e a Educação Escolar.

---

<sup>5</sup> Em 2005, por meio da Portaria n. 666/2005, o programa PETI foi integrado ao PBF.

<sup>6</sup> acesso da Lei para maiores informações. **Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001.** Publicado em 11 de abril de 2001;  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110219.htm#:~:text=LEI%20No%2010.219%2C%20DE%2011%20DE%20ABRIL%20DE%202001.&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110219.htm#:~:text=LEI%20No%2010.219%2C%20DE%2011%20DE%20ABRIL%20DE%202001.&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,Art)  
Acesso em: 10 fe. 2023.

Implantando como uma política federal, o PBF se caracteriza como um programa intersetorial, na medida em que a sua execução demanda o envolvimento de diferentes setores do governo e envolve ações de cooperação entre municípios, estados e União Federal. Neste aspecto, o PBF se caracteriza como um programa de gestão de descentralizada e demanda o comprometimento de todas as esferas da administração pública.

No plano operacional, a funcionalidade do PBF está baseada na articulação dos seguintes procedimentos: (1) o governo federal define o valor do benefício e os critérios para o enquadramento dos beneficiários; (2) os municípios usam o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para registro das famílias em situação de pobreza dentro deste conjunto mais amplo selecionam as que atendem aos critérios do PBF; (3) o governo federal realiza mensalmente a transferência do auxílio, depositando o valor numa conta bancária registrada no nome da mãe da família beneficiária; (4) os municípios fiscalizam o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar dos beneficiários por meio de relatórios enviados periodicamente pelas escolas; (5) os municípios fiscalizam o cumprimento da condicionalidade relativa à saúde e informam o governo federal, via CadÚnico, a ocorrência de casos de descumprimento das condicionalidades; (6) os municípios também são responsáveis pela intervenção nos casos de descumprimento e podem adotar medidas corretivas [como formalizar Termos de Ajuste de Conduta para as famílias] ou decidir pela supressão do benefício. Além destes procedimentos, o PBF ainda determina a oferta de ações complementares de enfrentamento à pobreza para as famílias contempladas, ficando a responsabilidade pela oferta destas ações, com os governos estaduais e os municípios.

Em 2021, quando completou 18 anos de existência, o PBF foi revogado. No hiato de tempo entre a sua implantação e a revogação, determinada pela Medida Provisória n. 1.061, de 09 de agosto de 2021, ocorreram diversas mudanças no funcionamento do programa, sobretudo no que diz respeito ao valor do benefício. No entanto, a sua finalidade e os instrumentos de execução permaneceram inalterados. Desde a sua implantação o PBF se baseia na prerrogativa de proteger o grupo familiar como um todo, mantém a concessão da titularidade para a mãe do respectivo grupo, e procede ao monitoramento do cumprimento das condicionalidades.

No ano de 2023 <sup>7</sup>o novo formato Bolsa Família foi apresentado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual o governo estabeleceu o valor mínimo de R\$ 600 para as famílias cadastradas, com um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Além disso, haverá um valor extra de R\$ 50,00 para cada dependente entre 7 e 18 anos e para gestantes. Assim reforça que o programa constitui um esforço do governo em universalização da renda monetária, acesso aos serviços básicos e cidadania, com o foco em redução da fome, pobreza, vulnerabilidade e proteção social das famílias como um todo.

### **1.1 Notas sobre a condicionalidade da frequência escolar e seus impactos na escolarização dos beneficiários**

Nesta sessão do texto, vamos concentrar nossa atenção na condicionalidade da frequência escolar, imposta às famílias beneficiárias do PBF, e, a partir da bibliografia consultada, vamos destacar os efeitos positivos da respectiva condicionalidade.

Como ponto de partida para revisão do tema, consideramos importante registrar que apesar da sua nobre finalidade, ao longo de sua existência, o PBF recebeu diversas críticas, sobretudo nos anos iniciais da sua implantação. Uma das críticas incide na adoção dos critérios de acesso. Na opinião de alguns autores, a inserção de uma família no CadÚnico deveria implicar no acesso ao benefício, uma vez que o procedimento equivale ao reconhecimento de uma pobreza autodeclarada. Na interpretação adotada pelo governo, o registro no CadÚnico é apenas uma etapa do procedimento seletivo e não configura como direito de acesso ao benefício.

A questão é complexa porque, a priori, todos os brasileiros registrados no CadÚnico são tecnicamente considerados pobres. No entanto, diante da impossibilidade de promover a transferência de renda para todos os cadastrados, o governo adotou a renda per capita familiar como critério para selecionar as famílias que se enquadram nas categorias de pobreza ou pobreza extrema. Nos termos da Lei n. 10.836/04, famílias com renda per capita inferior a R\$ 70,00 foram classificadas como “extremamente pobres”, e famílias com renda superior a R\$ 70,00 e inferior a R\$140,00 foram classificadas como

---

<sup>7</sup>Para mais informações. In: **Senado Notícias**. Publicado em 03 de março de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/publicada-mp-com-regras-do-novo-bolsa-familia>

Acesso em: 20 de março 2023.

“pobres”.

Conforme classificação do IBGE para definir a miséria em 2021 — são consideradas famílias “extremamente pobres” com renda per capita mensal de R\$ 168 e famílias classificadas como “pobres” são aquelas com renda mensal per capita de R\$ 486 reais.

O uso da renda per capita familiar como critério para seleção do público alvo foi criticado porque o critério desconsidera outros fatores que incidem na condição da pobreza, dentre os quais podemos citar a localização da residência (zona urbana ou zona rural); o acesso ao saneamento e à iluminação elétrica; as condições da habitação; o número de membros na unidade familiar; a média de escolaridade dos pais; e a existência de famílias monoparentais; dentre outros.

Criticou-se também o valor demasiadamente baixo que o governo usou para estabelecer a linha de corte da pobreza. Para Zimmerman (2006, p. 154), o valor repassado aos beneficiários do programa viola o direito humano à alimentação, uma vez que o mesmo é insuficiente para erradicar a fome. O autor argumenta que o valor do benefício deveria ter como parâmetro o custo da Cesta Básica Nacional (um parâmetro que possibilitaria atender as necessidades alimentares mínimas de uma família). Segundo Zimmerman, ao se configurar como um programa de transferência de renda baseado na renda per capita familiar, o PBF contribui para mitigar a fome, mas de forma alguma poderá erradicá-la.

As divergências quanto ao valor do auxílio que deveria ser concedido para que uma família tenha condições de vida dignas, acompanham o PBF desde o momento da sua implantação e permanece atual. Convém lembrarmos que nos meses finais do ano de 2022, o valor do auxílio foi um dos pontos mais polêmicos na pauta das negociações que marcaram a transição do governo de Jair Messias Bolsonaro para o novo governo de Luis Inácio Lula da Silva.

As divergências quanto ao valor do auxílio envolvem, de um lado, interesses políticos, e do outro, envolvem múltiplas interpretações quanto ao impacto deste auxílio no orçamento da União Federal. Neste sentido, importa ressaltarmos que os recursos aplicados no PBF não possuem uma receita pré-definida no orçamento da União, e, conseqüentemente, a continuidade do programa depende de constantes ajustes orçamentários.

Apesar da inexistência de um consenso sobre o valor do auxílio, o PBF permaneceu em funcionamento durante 18 anos, tendo sido extinto no governo de Jair

Messias Bolsonaro, e posteriormente reimplantado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2023).

Durante a sua existência, o PBF manteve a exigência das condicionalidades, e, possivelmente, este é um dos pontos mais polêmicos do programa. As condicionalidades foram fixadas na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, nos seguintes termos:

Art. 3º - A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. (BRASIL, 2004)

A fixação de condicionalidades foi justificada pelo governo com um procedimento necessário para assegurar a eficiência do programa. No documento intitulado “Capacitação para a implementação do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família”, enviado em 2008 aos estados e municípios pelo Ministério do Desenvolvimento Social, a finalidade das condicionalidades consiste em “contribuir para facilitar e ampliar o acesso das famílias mais excluídas aos serviços de saúde e de educação, com possibilidade de contribuir para a redução da pobreza na próxima geração” (BARATTA et. Al, 2008, p. 188)

Dentro desta perspectiva, as condicionalidades se justificam pela possibilidade de potencializar a eficiência do poder público no atendimento das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. No entanto, a justificativa foi contestada por diversos autores.

Zimmerman (2006, p. 153), ao interpretar o PBF como uma ação política contemplada pelos Direitos Humanos, argumenta que:

Sob a ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos. A responsabilidade em garantir o provimento e a qualidade desses serviços aos portadores desses direitos compete aos poderes públicos responsáveis.

O procedimento de exigir condicionalidades em troca da concessão do benefício, criticado por Zimmerman, não deve ser considerado uma inovação política no Brasil. O procedimento já estava em curso em programas implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso e apresenta similaridades com outros programas de transferência de renda implantados na América Latina e na África. Segundo Dallmann (2015), no âmbito

internacional, durante as décadas de 1980 e 1990, o uso das condicionalidades em programas de transferência de renda, foi incentivado por organismos multinacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM). Estes organismos recomendaram a focalização dos investimentos sociais nos setores mais vulneráveis da sociedade e sugeriram a criação de instrumentos para monitorar os benefícios gerados pelos investimentos sociais. Foi dentro deste contexto marcado pela ideia de que o excesso de gastos públicos comprometia o desenvolvimento econômico, que diferentes tipos de condicionalidades foram criadas e implantadas.

Dallman (2015) aponta diferenças entre condicionalidades “duras” e condicionalidades “leves”. No caso do Brasil, as condicionalidades fixadas para o PBF foram interpretadas pelo autor como “duras”, porque o seu descumprimento resulta no cancelamento do benefício.

O descumprimento da condicionalidade referente à educação é cabível para situações em que o estudante não atende frequência escolar mínima, fixada em 85% para estudantes de 06 a 15 anos, e 75% para estudantes com 16 ou 17 anos de idade. O descumprimento da condicionalidade referente à saúde também pode gerar o cancelamento. Contudo, na ausência de uma padronização nacional, definição do número mínimo de ausência aos exames médicos que uma família beneficiária pode apresentar, dentro de um prazo de seis meses, ficou ao encargo dos municípios.<sup>8</sup>

No plano operacional do PBF, o cancelamento do benefício é um procedimento aplicado para casos específicos. E, segundo Dal Bello (2016. P. 244), ele não pode ser aplicado “quando ficar comprovado que o cumprimento de condicionalidade foi prejudicado em razão de desproteções relativas à oferta de serviços por parte dos municípios.”

De acordo com a Portaria nº 251 de 12 de dezembro de 2012, situações de descumprimento da condicionalidade devem ser conduzidas da seguinte forma:

- I – advertência no primeiro registro de descumprimento;
- II – bloqueio do benefício por um mês no segundo registro de descumprimento;
- III – suspensão do benefício por dois meses no terceiro registro de descumprimento;

---

<sup>8</sup> Segundo Dalmmann (2015, p. 88), o governo também pode efetuar a suspensão do benefício ou o cancelamento do cadastro para casos como falecimento, decisão judicial, desligamento a pedido do próprio cadastrado e desfiliação de indivíduo da unidade familiar.

IV – suspensão do benefício no quarto registro de descumprimento;  
V – cancelamento do benefício no quinto registro de descumprimento.  
(BRASIL,2012).

A legislação e as normativas que orientam o funcionamento do PBF atendem ao princípio vigilância socioassistencial, e, conseqüentemente, endossam a necessidade de acompanhamento diferenciado para famílias que não atendem às condicionalidades. Seguindo este princípio, as famílias que perdem o benefício devem ser incluídas numa lista para receberem atendimento prioritário nos serviços socioassistenciais e as municipalidades, por meio dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), devem propor e executar ações para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade das respectivas famílias (BRASIL, 2009, p. 21).

O estudo legislação e das normativas do PBF, assim como o estudo de iniciativas de cooperação entre as diferentes instituições públicas que asseguram a operacionalidade do Programa, nos permite inferir que a vigilância socioassistencial excede o plano das ideias e produz resultados concretos, sobretudo no que diz respeito ao monitoramento das condicionalidades. No entanto, pouco sabemos sobre o atendimento ofertado pelo poder público para as famílias excluídas do benefício. E, com base na bibliografia consultada, acreditamos que este tema demanda maior atenção dos pesquisadores.

No que diz respeito ao cancelamento do benefício, consideramos pertinente ressaltar que o procedimento possui um aspecto contraditório. Em nome do cumprimento das condicionalidades, o poder público priva determinadas famílias do acesso à um recurso que poderia amenizar uma situação de pobreza ou pobreza extrema. Neste sentido, nossa opinião se aproxima da expressada por Zimmerm (2006, p. 153) quando ele afirma que:

O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades.

No intuito de ampliar a permanência das crianças e adolescentes pobres na escola, o PBF transfere toda a responsabilidade pelo descumprimento da frequência escolar para as famílias e desconsidera a parte desta responsabilidade que cabe aos municípios e aos governos estaduais (SENNA et al., 2007).

## 1.2 – O que dizem as pesquisas sobre o impacto do PBF nos indicadores educacionais?

Na bibliografia consultada pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e com os seguintes descritores: “Programa Bolsa Família”, “Ensino Superior”, “Vulnerabilidade” e “Inclusão Social”. Foram localizados diversos textos que interpretam os impactos decorrentes da condicionalidade da frequência escolar. Dentre estes, selecionamos para introdução do tema, o artigo publicado por Carnelossi e Bernardes, em 2014. Os autores argumentam que ao estabelecer uma vinculação entre transferência de renda, frequência escolar e superação da pobreza, o Programa reforça a “crença ingênua no poder redentor da educação em relação à sociedade, [...]” (CARNELOSSI; BERNARDES, 2014, p. 303). Na opinião destes autores, ao conceder maior importância para as “políticas educacionais”, em detrimento das “políticas educativas”, o PBF desconsidera a importância dos “aspectos pedagógico-didáticos por onde, efetivamente, seriam asseguradas as condições de qualidade de ensino, [...]” (CARNELOSSI; BERNARDES, 2014, p. 299).

Para Libâneo (2011) explicita que as políticas educacionais estão centradas no seu aspecto gerencial (macro), enquanto as políticas educativas estão centradas no aspecto pedagógico (micro) da educação. Entende-se que a relação entre essas distintas dimensões das políticas aponta que a primeira, deve submeter-se à segunda, sendo a inversão dessa lógica um dos possíveis responsáveis pelo fracasso da escola e da educação no Brasil.

A “crença ingênua no poder redentor da educação”, mencionada por Carnelossi e Bernardes, pode ser considerada um componente imaginário importante para compreensão da relação que a nossa sociedade estabeleceu com o ensino. Sendo assim, uma parte expressiva da nossa sociedade acredita que a ampliação do tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola resultará, cedo ou tarde, na superação da pobreza. No entanto, este componente imaginário dificulta a percepção de que a escola pública brasileira apresenta problemas estruturais e operacionais que comprometem a sua eficiência.

A pesquisa desenvolvida por Silveira e Schneider (2017) no estado do Paraná, oferece um interessante exemplo de problemas que afetam o desempenho escolar dos estudantes da escola pública. Os autores classificaram as escolas públicas paranaenses em quatro faixas definidas pelo percentual de estudantes beneficiários do PBF. Posteriormente, analisaram a formação dos docentes que atuam na rede pública de

Educação Básica no Paraná e cruzaram os dados. Com este procedimento metodológico, constataram que a porcentagem de professores contratados temporariamente é maior nas escolas com alta concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família. Silveira e Schneider afirmam que as escolas com maior percentual de beneficiários possuem professores com menor qualificação. Nestas condições, a oferta de um ensino qualificado para o público do PBF, no Estado do Paraná, estaria sendo prejudicada, sobretudo nas séries iniciais da Educação Básica e no Ensino Médio.

Duarte (2013) abordou o impacto da pobreza no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Cruzando dados do Censo Educacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao ano de 2009, com o Ideb do respectivo ano, a pesquisadora constatou a existência de uma relação entre a concentração de alunos pobres (beneficiários do PBF) e a pontuação obtida pelas escolas. Segundo a autora:

[...] o impacto da população em situação de pobreza no Ideb é incontestável, entretanto, não é o mesmo em todas as escolas, pois há elementos da organização do trabalho pedagógico que modulam esse impacto, e depende também do município, do Estado e da região (DUARTE, 2013, p. 355).

Melo e Duarte (2010) avaliaram o impacto do Bolsa Família na frequência escolar de crianças e adolescentes dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Sergipe. Os autores extraíram informações do banco de dados da Universidade Federal de Pernambuco e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2005 e analisaram um conjunto de 1.120 pessoas em idade escolar. O respectivo conjunto foi subdividido em três grupos: (1) beneficiários do Programa Bolsa Família pertencentes a domicílios rurais; (2) domiciliados na zona rural, sem participação no Programa Bolsa Família; e (3) não beneficiários de qualquer programa de transferência de renda que possuíam o chefe da família desempenhando atividade laboral agrícola. A comparação indicou frequência escolar na faixa de 98,1% para o grupo (1); 80,3% para o grupo (2) e 87,4% para o (3). Melo e Duarte também observaram diferenças na frequência escolar a partir do gênero dos estudantes e identificaram [nos três grupos] a ocorrência maior frequência para as meninas. Na comparação entre o grupo de meninas de famílias beneficiadas e o grupo de meninas não beneficiadas, o primeiro apresentou frequência escolar “superior entre 7,9 e 8,2 pontos percentuais em relação ao quadro em que não haveria transferência de renda pelo programa.” (MELO; DUARTE, 2010, p. 653).

Cavalcanti, Costa e Silva (2013), com base nos dados da PNAD de 2004 a 2006, investigaram o impacto do PBF no alívio imediato da pobreza e na frequência escolar, na região Nordeste. Os autores estabeleceram a distinção entre dois grupos de famílias pobres: (i) as beneficiadas pelo programa – que pertencem ao grupo de controle; (ii) e as elegíveis, mas não beneficiadas – que pertencem ao grupo de comparação. No que diz respeito à frequência escolar, a pesquisa indica que ela é maior entre os estudantes beneficiados do PBF em relação aos estudantes pobres elegíveis, mas não beneficiados.

Amaral e Monteiro (2013) consultaram o banco de dados referente à Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de 2005 e 2009. Os autores dividiram a população pobre em três grupos: famílias beneficiárias do PBF; famílias não beneficiárias e incluídas no Cadastro Único; e famílias não incluídas no Cadastro Único, mas com condições semelhantes às de famílias cadastradas. Da comparação entre grupos e intragrupos (considerando três faixas de renda), concluíram que o recebimento do benefício diminui as chances de abandono escolar. Uma associação positiva entre o recebimento do benefício e a redução da evasão escolar entre os estudantes pobres também foi identificada por Amaral, Weiss e Gonçalves (2013).

Seguindo uma perspectiva diferente, Abreu e Aquino (2017) conduziram um estudo envolvendo 341 participantes do estado do Ceará. A intenção do estudo foi identificar características familiares que influenciam no cumprimento da condicionalidade de frequência escolar. A amostra contemplou 180 famílias que cumprem a condicionalidade e 160 que não a cumprem. A partir da comparação entre os dois grupos os autores constaram que o percentual de cumprimento da condicionalidade é maior entre as famílias em que a mulher vive em situação marital. Eles também identificaram maior frequência em famílias compostas por menor número de filhos e ressaltaram um impacto positivo no envolvimento das mães com as atividades extracurriculares.

Oliveira e Soares (2013) coletaram informações do Descenso, do Adônico e do Projeto Presença para compor um banco de dados e estabelecer comparativos entre estudantes beneficiários e não beneficiários. Os autores constataram que o primeiro grupo apresentava possibilidade de reprovação 11% inferior à do grupo dos não beneficiários. Eles também constataram que entre os estudantes beneficiários que atendiam a exigência de frequência mínima de 85%, ou seja, os estudantes entre 6 e 15 anos contemplados pelo auxílio, a possibilidade de reprovação era 40% menor.

Fauzi e Pinto (2013) realizaram comparações entre a escolarização de “beneficiários”, “não beneficiários inscritos no caniço, e “não beneficiários e não inscritos no CadÚnico”. Os dados analisados foram coletados em dois momentos [2005 e 2009], e abrangeram 15.426 domicílios, na primeira amostra, e 10.369 na segunda. Em ambas coletas os autores constataram menor possibilidade de reprovação entre os beneficiários. Os pesquisadores concluíram que as crianças e adolescentes beneficiadas apresentaram progressão escolar na ordem de 6 pontos percentuais acima das crianças que apresentavam o mesmo perfil sócio econômico, estavam inseridas no CadÚnico, mas não recebiam o benefício PBF (JANUZZI; PINTO, 2013, p.184).

Gonçalves (2015) usou os dados do Censo de 2010 para avaliar o impacto do PBF nos indicadores educacionais da Educação Básica. O autor usou modelos de regressão logísticos binários para estabelecer comparações entre estudantes beneficiários e não beneficiários, dentro da faixa etária dos 07 aos 14 anos. A partir das comparações entre os dois grupos, e considerando a divisão dos beneficiários em duas faixas de renda per capita familiar (uma até R\$ 70,00 e outra deste valor até R\$ 140,00), o autor procurou responder as seguintes questões:

Crianças entre 7 e 14 anos beneficiárias do PBF apresentam maiores chances de estarem matriculadas regularmente na escola e (2) menores chances de não estarem frequentando a escola na idade apropriada quando comparadas a outras crianças não beneficiadas, mantendo constantes outros fatores? (GONÇALVES, 2015, p.17).

De acordo com os dados do Censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 95% da população com faixa etária entre 07 e 14 anos. Dentro deste contingente, em todos os modelos elaborados, o autor constatou que as crianças e adolescentes beneficiárias do programa apresentaram maiores chances de estar na escola, em comparação com as não beneficiárias. Nas zonas rurais, “beneficiários tem cinco vezes mais chances de estarem matriculados.” (GONÇALVES, 2015, p. 113) No que concerne ao segundo ponto da comparação – a idade apropriada para a série escolar – os resultados indicaram que os “beneficiários do PBF apresentam maior distorção idade-série.” (GONÇALVES, 2015, p. 194). Sem desconsiderar que o comparativo entre os dois grupos foi desfavorável para os beneficiários, o autor inseriu nos modelos regressão logísticos binários as variáveis “renda per capita familiar”, “faixa etária” e residência na “zona rural” ou “zona urbana”. A aplicação destas variáveis indicou que os

beneficiários do PBF apresentaram “menores chances de distorção idade-série”.

Ao fracionar o público de estudantes beneficiários pela variável “gênero”, Gonçalves (2015, p. 113) constatou que “crianças do sexo masculino e com renda familiar per capita até R\$ 70,00 apresentam 9,6% menos chance de estarem matriculadas na escola em relação às crianças do sexo feminino, [...]. Para o outro limite de renda, vemos que a diferença é maior [...]” A comparação por gêneros também foi desfavorável para o sexo masculino no indicador idade-série. Neste caso, “crianças do sexo masculino e com renda familiar per capita até R\$ 70,00 apresentam 52,4% a mais de chance de estarem defasadas em relação às crianças do sexo feminino, [...]. Para o outro limite até R\$ 140,00, vemos que a diferença é semelhante.” (GONÇALVES, 2015, p. 123).

Os dados do Censo de 2010 também foram analisados por Gonçalves, Menicucci e Amaral (2017) numa pesquisa que testou a hipótese dos beneficiários do PBF apresentarem distorção idade-série menor, em relação ao conjunto mais amplo de estudantes da escola pública. Na intenção de explorar a relação entre distorção idade-série e variáveis como a localização do domicílio do estudante (zona rural ou urbana); a macroregião nacional; as condições do domicílio no quesito acesso à saneamento, eletricidade e coleta de lixo; e o perfil das mães dos beneficiários, os autores elaboraram seis modelos de regressão logística binária. Eles constataram que “os resultados em sua maioria apontaram para uma menor chance de distorção idade-série das crianças beneficiárias.” (GONÇALVES, MENICUCCI; AMARAL, 2017, p. 792) A mesma pesquisa identificou aspectos que consideramos importante para um reflexão sobre a relação entre pobreza e escolarização. Com base nos modelos elaborados, os pesquisadores constataram que:

Crianças cujas residências possuem uma boa infraestrutura (presença de rede de água, iluminação elétrica e lixo coletado) tiveram menor chance de estarem frequentando a escola fora da idade adequada. Além disso, conforme se aumenta o número de pessoas vivendo na residência, a chance de estar em situação de distorção idade-série também aumentou. [...]. Houve diferença entre crianças da zona rural e urbana, sendo que aquelas que vivem na segunda apresentaram maior chance de estarem frequentando a escola na idade regular. [...]. Crianças residentes em domicílios nos quais a mãe é a principal provedora possuem maior chance de estar em situação de distorção idade-série, independentemente do modelo. [...]. À medida que se aumentou a escolaridade da mãe, a probabilidade de a criança estar defasada diminuiu em todos os modelos. (GONÇALVES, MENICUCCI; AMARAL, 2017, p. 787)

Os dados destacados na citação acima nos permitem apontar outros fatores que coexistem com a pobreza e que influenciam na distorção idade/série. Neste sentido, consideramos pertinente registrar que a concessão do benefício impacta de forma positiva na renda per capita da família, mas não altera a situação do domicílio no que diz respeito ao acesso à saneamento ou acesso, iluminação elétrica e coleta de lixo – elementos que influenciam na qualidade de vida da população, e, que, indiretamente, interferem no desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes. A localização do domicílio na zona urbana ou na zona rural influencia, ainda que indiretamente, no indicador idade-série, havendo maior ocorrência de distorção na zona rural. Além destes fatores, a escolaridade das mães e a responsabilidade pelo sustento da família que muitas assumem também impactam no indicador educacional da idade-série dos beneficiários.

As diferenças entre o impacto do PBF nos indicadores educacionais nas zonas urbanas e nas zonas rurais, constada por autores como Melo e Duarte (2010), Gonçalves (2015), Gonçalves, Menicucci e Amaral (2017), dentre outros, são relevantes para uma avaliação crítica dos impactos do PBF nos indicadores de educação. A bibliografia consultada nos permite refutar uma interpretação espacialmente homogênea dos efeitos do PBF, e, no sentido inverso, ressalta a existência de variações regionais.

Outro tipo de variação identificada e analisada na bibliografia especializada diz respeito as diferenças no impacto do PBF a partir da faixa etária dos beneficiários. Dentro deste escopo, a pesquisa de Jacomé (2019) nos parece ser relevante. A autora investigou a possibilidade do PBF influenciar na escolha das famílias beneficiadas pelo chamado trabalho secundário<sup>9</sup> e analisou dados da PNAD de 2017 para avaliar a existência de uma relação entre o PBF e o crescimento dos jovens da com idade de 16 e 17 anos que não trabalham e não estudam. Genericamente chamados de de jovens da “geração nem-nem”, estes sujeitos estariam deslocados de duas atividades reconhecidas como socialmente importantes – o trabalho e o estudo. Jacomé elaborou modelos estatísticos que contemplavam variáveis como as macro-regiões do Brasil, residência rural ou urbana da família beneficiada; a escolaridade dos pais; a ocorrência de “trabalho secundário” e a

---

<sup>9</sup> O *trabalho secundário* (também chamado de *emprego secundário*) corresponde a segunda atividade laboral desenvolvida por um sujeito ou por uma determinada família. Geralmente, trata-se de uma atividade laboral informal e sazonal, no entanto, em determinados casos, pode gerar vínculo empregatício (PEREIRA, GALVÃO, MAXIR, 2018). Alguns autores consideram atividades autônomas que complementam a renda como *trabalho secundário*, mas não existe um consenso sobre esta inclusão. As divergências interpretativas quanto a classificação dos sujeitos que se enquadram na categoria, coexiste com o consenso de que o *trabalho secundário* está relacionado ao crescimento da economia informal.

situação dos jovens de 16 e 17 anos em relação ao trabalho e ao estudo. Destacamos abaixo alguns resultados apresentados pela autora.

Quando as famílias dos jovens são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, aumenta a probabilidade de esses jovens não estudarem e não trabalharem, com 12,63% para aqueles que moram na área urbana e 24,67%, na área rural, [...] . Aumenta, também, a probabilidade de os jovens não estudarem, mas estarem inseridos no mercado de trabalho, pois para os jovens urbanos, há um aumento de 6,63% e nos jovens rurais de 3,25%. Para a probabilidade de o jovem estudar e trabalhar, há uma diminuição em 2,88% para aqueles que residem na área urbana e 24,15% para os que moram no rural, assim como para a probabilidade de o jovem apenas estudar, em 16,37% para o urbano e 3,78%, para o rural. (JACOMÉ, 2019, p. 47)

A pesquisa desenvolvida por Jacomé impressiona pelo número de famílias contempladas (a autora analisou dados de 6.525.411 famílias com renda per capita até R\$ 170,00) e corrobora a existência de diferenças interregionais no público dos beneficiários. Ela também ressalta diferenças entre jovens beneficiário do PBF residentes em áreas urbanas e jovens beneficiário residentes em áreas rurais. No entanto, ao enfatizar a relação entre o PBF a formação da geração “nem-nem” no Brasil, a autora desconsidera outros fatores que também interferem no fenômeno. No nosso entendimento, fatores como a inserção dos jovens em atividades laborais informais ou formais com curto período de duração; as restrições para a contratação de jovens do gênero masculino geradas pela possibilidade do serviço militar obrigatório e a recorrente participação não remunerada dos jovens nas atividades laborais de âmbito doméstico.

Em diferentes momentos da existência do PBF, diversos autores constataram que a evasão escolar entre beneficiários tem sido mais acentuada nos estudantes com idade de 16 e 17 anos. O crescimento da evasão nesta faixa etária é um indicativo de que famílias pobres enfrentam dificuldades para manter os filhos jovens na escola, sobretudo quando a inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) é precoce. Para atacar este problema, o governo fixou a exigência de frequência escolar para os jovens de 16 e 17 em 75%, reduzindo em 10% a exigência imposta para os estudantes com até 15 anos de idade. Posteriormente, em 2008, o governo determinou que as famílias contempladas pelo PBF que possuem filhos na faixa etária dos 16 e 17 anos devem receber um auxílio adicional, o chamado Benefício Variável Jovem. Com este procedimento, o governo possibilitou uma ampliação no benefício no valor de R\$ 30,00 para cada filho, podendo

cada família ter dois filhos contemplados.<sup>10</sup> Mas apesar desta concessão adicional, a evasão escolar dos beneficiários jovens manteve-se elevada, em relação as demais faixas etárias.

Ciente de que a meta de permanência dos estudantes pobres na escola estava comprometida pela precoce inserção dos jovens pobres no mundo do trabalho, o governo desenvolveu ações voltadas para conciliar a continuidade do estudo com a inserção profissional. Uma destas ações – e talvez a mais importante – foi a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Criado em 2011, por meio da Lei nº 12.513 (BRASIL, 2011) o Pronatec estimulou o ingresso dos jovens em cursos de Educação Profissional e Tecnológica por meio da oferta da Bolsa Formação.

Em 2015 o MEC realizou um levantamento sobre os resultados do Pronatec e constatou um índice de evasão na faixa de 80%. Nos anos seguintes, num contexto de instabilidade política e de redução nos gastos públicos, o alto índice de evasão foi usado como argumento para a gradual supressão dos recursos destinados para o programa.

Desconsiderar por completo o elevado índice de evasão do Pronatec seria um equívoco. No entanto, a supervalorização deste fator não pode ser o único argumento para a discussão sobre o futuro do programa. Segundo Macedo (2015), os benefícios do Pronatec excedem a questão da frequência dos estudantes nos cursos ofertados pelo programa. Macedo entrevistou 50 egressos do Pronatec. As entrevistas registram uma percepção positiva do programa, apesar de que o seu objetivo principal – a inserção dos jovens beneficiados no mercado de trabalho – não foi uma realidade para todos os egressos. Segundo o autor, o Pronatec, por ser direcionado à um público socialmente vulnerável, precisa ser pensado como uma estratégia de superação de uma educação tecnicista. Na opinião de Macedo (2015, p.119) a função social do programa seria:

[...] efetivar o desenvolvimento dos sujeitos para a compreensão do mundo e construção de seus projetos de vida, capaz de promover a emancipação humana por meio da transformação social e potencializar a democratização do acesso, a permanência do aluno aos cursos com qualidade e da saída com sucesso.

Uma interpretação semelhante foi apresentada por Lemos (2018). A autora pesquisou a trajetória de jovens atendidos pelo Pronatec em Minas Gerais e identificou uma baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho. Mas apesar desta fragilidade,

---

<sup>10</sup> Valores referentes ao ano de implantação do Benefício Variável Jovem.

Lemos afirma que a participação dos jovens no Pronatec produziu experiências de empoderamento social, estimulou a autonomia, ampliou o acesso a informações sobre o mercado de trabalho e provocou o interesse pelo empreendedorismo.

No nosso entendimento, a discussão sobre a eficiência ou ineficiência do Pronatec, assim como a discussão sobre o impacto do PBF nos indicadores educacionais, precisa ser inserida no contexto mais amplo da realidade do sistema público de ensino brasileiro – um sistema que apresenta fragilidades e problemas operacionais. É na escola pública que a maior parte das crianças, adolescentes e jovens pobres recebem uma formação escolar que deveria priorizar, ao lado da formação para a cidadania e para o trabalho, a promoção da justiça social e a superação das desigualdades.

### **1.3 Considerações**

A bibliografia consultada pela BDTD para a escrita deste capítulo nos permite afirmar que o PBF, ao instituir a condicionalidade da frequência escolar mínima para crianças e adolescentes contemplados pelo Programa, impactou de forma positiva nos indicadores educacionais dos estudantes beneficiados. As pesquisas indicam que a maior parte dos beneficiados atendem a condicionalidade da frequência escolar mínima exigida e comprovam a tendência de redução na taxa de evasão escolar, neste segmento de estudantes. Elas também sinalizam que o PBF está contribuindo para reduzir a distorção idade-série de crianças, adolescentes e jovens atendidos pelo benefício. Contudo, os indicadores de distorção idade-série ainda são maiores entre os beneficiários, em relação aos estudantes não contemplados pelo programa.

Conforme demonstramos no texto, diversas pesquisas comprovam que existe o empenho das famílias beneficiárias no cumprimento da condicionalidade da frequência escolar. No entanto, as famílias beneficiárias residentes em zonas urbanas tendem a apresentar frequência escolar mais elevada do que as residentes nas zonas rurais. E esta tendência se acentua nas regiões Norte e Nordeste. Desse modo, os indicadores de evasão escolar dos beneficiários também são mais elevados nas zonas rurais, em relação às zonas urbanas. Estas diferenças evidenciam a situação de maior vulnerabilidade social dos pobres residentes nas zonas rurais – assunto que demanda uma atenção especial do poder público e da sociedade.

No geral, os impactos do PBF nos indicadores educacionais são positivos, e sob

certo aspecto, podem ser considerados evidências da eficiência do programa. Contudo, devemos evitar a ideia simplista de que as mudanças registradas nos indicadores educacionais foram produzidas exclusivamente pelo PBF, ou dito de outra forma, devemos evitar a ideia de que a ação política da transferência condicionada de renda provocou as mudanças analisadas pela bibliografia. Existem outros fatores que influenciam no processo, dentre os quais destacamos (i) o esforço das famílias beneficiadas para manter os filhos na escola; (ii) a tendência de ampliação na oferta de matrículas no sistema público de ensino; (iii) o aprimoramento da política nacional de alimentação escolar; (iv) o trabalho realizado pelos Centros de Referência e Assistência Social no acompanhamento das famílias beneficiadas; (v) a oferta de ações complementares para famílias cadastradas no CadÚnico; e (vi) as iniciativas de enfrentamento ao problema da reprovação adotadas nas redes municipais e estaduais de Educação Básica. Estes “outros fatores”, apesar de relevantes para a perspectiva da agência social dos beneficiários e para a compreensão da intersectorialidade do PBF, são apenas tangenciados pelas pesquisas e carecem de maior atenção.

A complexidade das relações entre a condicionalidade da frequência e o desempenho dos estudantes beneficiários foi parcialmente contemplada neste texto. A contemplação foi parcial porque o tema é demasiadamente complexo e porque os estudos de caso – recorrentes na bibliografia consultada – dificultam uma interpretação homogênea destas relações.

As pesquisas que analisamos comprovam os efeitos positivos do PBF na frequência escolar dos beneficiários, na redução da evasão e na redução da defasagem idade-série; e, simultaneamente, indicam que estes efeitos são maiores nos estudantes do gênero feminino, residentes em áreas urbanas e pertencentes à famílias que não são monoparentais. Geograficamente, o efeito do PBF nos indicadores educacionais foi mais acentuado nas áreas urbanas das regiões Norte e Nordeste.

No que concerne as variações no impacto do PBF no grupo de estudantes beneficiários, as pesquisas sugerem que os efeitos do programa são mais expressivos nos primeiros anos de escolarização e tendem a declinar nos anos finais do Ensino Fundamental. Os indicadores educacionais de evasão e distorção idade-série crescem gradualmente entre os beneficiários, e, particularmente, entre os beneficiários do gênero masculino. Eles atingem um pico na faixa etária dos 16 e 17 anos. Nesta faixa etária, que corresponde ao período de escolarização do Ensino Médio, os estudantes pobres sentem com maior intensidade a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar.

Consideramos pertinente registrar que a bibliografia especializada adverte para o risco de supervalorização do indicador frequência escolar e recomenda maior atenção para multiplicidade de fatores que dificultam o avanço na escolarização dos pobres. A advertência nos parece relevante, sobretudo porque a eficiência da escola pública brasileira tem sido comprometida pela insuficiência dos recursos e pela sobreposição das “políticas educacionais” às “políticas educativas”. Dentro desta perspectiva, entendemos que monitorar a presença dos estudantes beneficiários, apesar de ser um procedimento necessário para a identificação e vigilância socioassistencial das famílias que não atendem a condicionalidade da frequência, não produz impactos na qualidade do ensino ofertado na escola pública. E, da mesma forma, a ampliação do tempo de permanência dos estudantes pobres na escola, por si só, não assegura um processo de ensino/aprendizagem qualificado.

## **CAPÍTULO 2 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES POBRES NO ENSINO SUPERIOR**

Antes de apresentar os procedimentos e resultados da revisão bibliográfica destacada neste capítulo, importa reconhecermos que a inserção dos pobres no Ensino Superior brasileiro não é um fenômeno novo. Trata-se de um processo antigo que se intensificou no transcurso das últimas décadas. Esta expansão foi consequência de múltiplas ações políticas que impactaram no Ensino Superior, dentre as quais é possível destacar (i) a implantação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior FIES;<sup>11</sup> (ii) o Programa Universidade para Todos- PROUNI;<sup>12</sup> (iii) a política de reserva de cotas nas Universidades públicas;<sup>13</sup>(iv) o benefício concedido pelo Programa Auxílio Permanência para estudantes quilombolas, indígenas ou em situação de vulnerabilidade social; (v) a implementação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); a oferta de bolsas de iniciação científica por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

As ações políticas supramencionadas indicam duas intencionalidades distintas, porém complementares. De um lado, constatamos a intenção do poder público com a maior inclusão de estudantes de baixa renda no Ensino Superior, e, do outro, constatamos estratégias para incentivar a permanência deste segmento nos cursos ofertados por universidades públicas e privadas.

No nosso entendimento, existe uma relação entre a ampliação da escolaridade dos pobres, incentivada pelo PBF – conforme demonstramos no capítulo anterior – e a conjuntura favorável para a inclusão e permanência de estudantes de baixa renda no Ensino Superior. Contudo, seria incorreto pensar que esta relação é um produto exclusivamente político. A priori, a escolha por ingressar ou não no Ensino Superior, e a decisão por permanecer ou evadir dele, pertencem aos sujeitos e as suas possibilidades socioeconômicas, diz muito a respeito sobre as vantagens e desvantagens do prolongamento dos estudos e que elaboram os seus projetos profissionais.

---

<sup>11</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil – FIES foi instituído pela Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001 para conceder financiamento de estudantes no Ensino Superior em Universidades não-gratuitas.

<sup>12</sup> O Programa Universidade para Todos – PROUNI foi criado pela Lei n. 11.096/05 ofertando bolsas de estudos de 50% a 100% para a inserção de estudantes no Ensino Superior.

<sup>13</sup> A Lei n.12.711 de 2012 institui a Política de Cotas reservando vagas nas Universidades Federais para os estudantes vindos de escolas públicas, além de pessoas com deficiência, pretos, pardos e indígenas.

Assim, para Bourdieu (1998, p. 220) houve a abertura do processo educativo em larga escala a população, ou seja, a entrada da população trabalhadora e pobre no sistema de ensino, que outrora era restrito a frações de classes mais abastadas da sociedade. E essa abertura “democrática”, começou a evidenciar práticas desiguais, onde os sujeitos iriam concorrer nas escolas, em condições iguais, e os que avançassem por questões individuais no quesito escolar, iriam ocupar posições elevadas na sociedade.

Ao atribuir aos indivíduos esperanças da vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção sob as aparências da equidade sanciona e consagra as desigualdades reais a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, a aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de ‘dons’ ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em ‘distinção de qualidade’, e legitima a transmissão de herança cultural. Por isso, ela exerce uma função mistificadora. (NOGUEIRA; CATANI, 2005, p. 59)

Nesse sentido, considerando que a escola tende a transformar as desigualdades sociais (culturais) em desigualdades escolares, dita como democrática e igualitária, inclui os indivíduos, só que ao mesmo tempo que os excluem, pois se abstém do contexto socioeconômico dos sujeitos e não dá suporte necessários para que os indivíduos desprovidos de capitais, sendo eles: social, cultural, econômico, estejam do mesmo nível daqueles que possuem. As instituições para Bourdieu (1999, p.62) deveriam assim: “desenvolver em todos os membros da sociedade, sem distinção, a aptidão para práticas culturais que a sociedade considera como as mais nobres”.

Depois de Bourdieu – e mesmo antes dele – diversos autores criticaram aos diferentes tipos de exclusão produzidos e (re)produzidos na escola. Paradoxalmente, as instituições públicas de ensino almejam a promoção da igualdade; mas, nas suas práticas cotidianas, incorporam o ideal meritocrático, e, por meio dele, reforçam as desigualdades sociais entre os estudantes. Segundo Dubet (2004), o erro do ideal meritocrático consiste em pressupor que todos ingressam e frequentam a escola em condições de igualdade social. Acreditando numa igualdade desconectada da realidade, a escola estabelece uma competição desigual, cujos resultados, são descritos por Dubet (2004, p. 543), da seguinte forma: “[...] quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido.”

Para combater o ideal meritocrático e os seus efeitos necessitamos de políticas públicas comprometidas com a equidade social. Necessitamos também de investimentos na qualificação da escola pública, visando torná-la uma instituição justa, capaz de reconhecer a pluralidade de sujeitos que ela atende. Uma escola justa, por sua vez, implica no respeito aos diferentes tempos de aprendizagem, no enfrentamento dos preconceitos, e no reconhecimento de que a pobreza impacta no desempenho dos estudantes.

Existe uma ampla bibliografia que ressalta a dificuldade dos pobres para prolongamento do estudos, em especial ao Ensino Superior e a Sociologia da Educação produziu interessantes discussões sobre este fenômeno. No caso específico do Brasil, a necessidade de complementar a renda familiar muitas vezes dificulta (ou mesmo inviabiliza) a continuidade nos estudos para os segmentos mais pobres da população.

Consideramos pertinente ressaltar que nossa reflexão sobre a inclusão e a permanência dos estudantes pobres no Ensino Superior não desconsidera as adversidades produzidas pela pobreza. Pelo contrário. Nosso interesse consiste em saber como determinadas ações políticas – e em especial o PBF – contribuíram para a superação destas adversidades. Com a ressalva de que o mérito da superação precisa ser dividido entre todas partes envolvidas no processo: o poder público, as instituições de Ensino Superior e os sujeitos pobres.

Dentro desta perspectiva, e sem perder de vista que a pobreza é um fenômeno com múltiplas dimensões, realizamos um levantamento bibliográfico na BDTD com o intuito de localizar pesquisas que exploram o processo de inclusão e permanência dos pobres no Ensino Superior do Brasil.

## **2.1 Metodologia**

O levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e contemplou o período de 2013-2022. Consultamos o banco de dados da BDTD usando os descritores “Programa Bolsa Família”, “Ensino Superior”, “Vulnerabilidade” e “Inclusão Social”. O procedimento resultou na localização de 75 pesquisas. Neste conjunto, excluimos 3 pesquisas que estavam com registro duplicado e 13 que são referenciadas mas cujo texto não está disponível para acesso na BDTD. A partir da leitura dos títulos e resumos, selecionamos as pesquisas que estabeleciam relação entre o PBF e a inclusão e permanência dos pobres no Ensino Superior; e excluimos pesquisas que não contemplavam este enfoque. O critério de

seleção/exclusão resultou na composição de um conjunto de 20 pesquisas, divididas entre 5 teses e 15 dissertações (Quadro 1):

**Quadro 1** – Apresentação das teses e dissertações selecionadas para a análise

<b>CÓD.</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>TIPO</b>	<b>DESCRITOR</b>
D1	SILVA (2013)	Educadores universitários do Programa Escola da Família: uma reflexão sobre relatos de experiências e indicadores de evasão (2003-2011)	Dissertação	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior”
D2	PARENTE (2014)	As condições de acesso e permanência dos estudantes do Curso de Licenciatura em Física do IFCE, Campus de Sobral	Dissertação	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior”
T1	PERDIGÃO (2015)	O canto da sereia? a educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da raça brasileira	Tese	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior”
T2	ROCHA (2015)	Por que eles abandonam? evasão de bolsistas PROUNI dos cursos de licenciaturas	Tese	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior” “Vulnerabilidades”
D3	BATISTA (2016)	Trajetórias de sucesso escolar dos jovens oriundos de escolas públicas no ensino superior	Dissertação	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior” “Inclusão Social”
D4	GALLI (2016)	O PET-Saúde e a formação dos estudantes na visão dos tutores	Dissertação	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior”
D5	MARCHESI (2016)	A qualidade da Educação Superior nos instrumentos normativos sobre o SINAES	Dissertação	“Programa Bolsa Família” “Ensino Superior”

T3	GOMES (2016)	Construção da identidade profissional em jovens universitários bolsistas: um estudo a partir dos valores e das definições de âncoras de carreira	Tese	‘‘Programa Bolsa Família’’ ‘‘Ensino Superior’’
D6	SOUZA (2016)	Projeto Bolsa Universidade (2003-2014): subsídio estadual ao ensino superior privado em São Paulo	Dissertação	‘‘Programa Bolsa Família’’ ‘‘Ensino Superior’’ ‘‘Inclusão Social’’
D7	OLIVEIRA (2017)	PROUNI: avaliação das contribuições do Programa para a Educação Superior na perspectiva de alunos contemplados pelo programa na cidade de Fortaleza-Ceará	Dissertação	‘‘Programa Bolsa Família’’ ‘‘Ensino Superior’’ ‘‘Inclusão Social’’
D8	SOARES (2017)	As desigualdades sociais e o acesso ao ensino superior: o que pensam os beneficiários do ProUni	Dissertação	‘‘Programa Bolsa Família’’ ‘‘Ensino Superior’’ ‘‘Vulnerabilidade’’
D9	ROMÃO (2018)	Vivências dos ex-beneficiários do Programa Bolsa Família bolsistas do Prouni que frequentam cursos de graduação com maior e menor prestígio em universidade do interior do estado de São Paulo	Dissertação	‘‘Programa Bolsa Família’’ ‘‘Ensino Superior’’
T4	LEMOS (2018)	A atuação do analista do comportamento em políticas públicas: ação intersetorial em âmbito local para aumentar a frequência escolar de adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Tese	‘‘Programa Bolsa Família’’ ‘‘Vulnerabilidade’’ ‘‘Inclusão Social’’

D10	SILVA (2018)	PROUNI: política pública de acesso ao ensino superior – um estudo sobre a possibilidade de atenuação das desigualdades sociais com os egressos de uma instituição de educação superior privada de Brasília.	Dissertação	‘Programa Bolsa Família’ ‘Ensino Superior’ ‘Inclusão Social’
D11	JÁCOME (2019)	Programa Bolsa Família: análise sobre o mercado de trabalho secundário e a geração “nem-nem” nas áreas urbanas e rurais do Brasil	Dissertação	‘Programa Bolsa Família’ ‘Vulnerabilidade’ ‘Inclusão Social’
D12	MIRANDA (2019)	Transição para fora do esporte: a dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo Programa Bolsa Atleta do Distrito Federal	Dissertação	‘Programa Bolsa Família’ ‘Inclusão Social’
D13	RENAULT (2019)	Educação superior indígena na UnB: perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes	Dissertação	‘Programa Bolsa Família’ ‘Ensino Superior’ ‘Inclusão Social’
T5	GUIMARÃES (2020)	ProUni: possibilidades e desafios para a emancipação de bolsistas no atual contexto do mundo do trabalho	Tese	‘Programa Bolsa Família’ ‘Ensino Superior’ ‘Vulnerabilidade’ ‘Inclusão Social’
D14	GONÇALVES (2021)	Do distrito à pós-graduação: trajetórias escolares longevas de jovens de camadas populares.	Dissertação	‘Programa Bolsa Família’ ‘Ensino Superior’ ‘Inclusão Social’
D15	SILVA (2021)	Quando ingressar na Universidade não é o suficiente: vivências dos estudantes de camadas populares no curso de Direito da UFOP.	Dissertação	‘Programa Bolsa Família’ ‘Ensino Superior’ ‘Vulnerabilidade’

**Fonte:** Dados da pesquisa (2023).

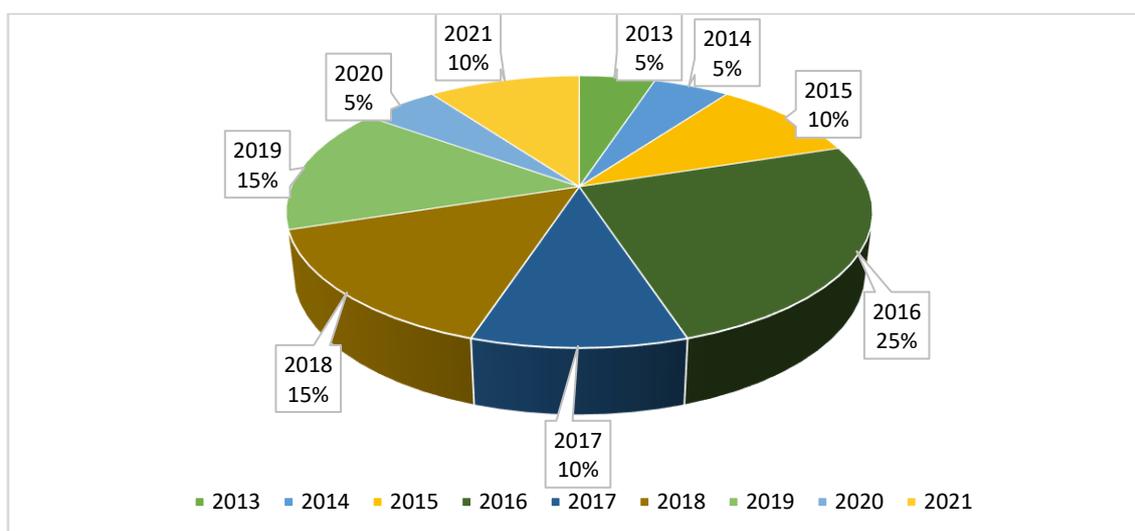
Para interpretar o conjunto selecionado utilizamos a metodologia ‘estado da arte’ com o objetivo de realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área. Segundo Soares (2000,

p. 04), num estado da arte é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”

## 2.2 Aspectos gerais do conjunto de pesquisas selecionadas na BDTD

Dentre as dissertações e teses selecionadas a partir da delimitação temporal dos últimos 09 anos (2013 e 2022) não foram encontrados resultados para publicações dos anos de 2022 e 2023. O ano de 2016 corresponde ao ano com maior número de publicações, conforme demonstra o Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Frequência de publicações no período pesquisado



**Fonte:** dados da pesquisa (2023).

Dentre as áreas do conhecimento atribuídas à publicação, pode-se notar que 8 das dissertações e teses foram registradas na área da Educação e o restante foi registrado em áreas diversas, como Políticas Públicas, Política Social, Psicologia da Educação, Ciências Sociais, entre outras. Foram também identificados trabalhos atrelados à Administração e Economia Rural demonstrando a diversidade de áreas com interesse no tema da presente pesquisa (Quadro 2):

**Quadro 2** – Área do conhecimento dos trabalhos selecionados

CÓD.	AUTOR/ANO	ÁREA DO CONHECIMENTO
D1	SILVA (2013)	Educação: História, Política e Sociedade
D2	PARENTE (2014)	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
T1	PERDIGÃO (2015)	Administração

T2	ROCHA (2015)	Educação
D3	BATISTA (2016)	Educação
D4	GALLI (2016)	Ensino em Saúde
D5	MARCHESI (2016)	Educação
T3	GOMES (2016)	Administração
D6	SOUZA (2016)	Educação
D7	OLIVEIRA (2017)	Políticas Públicas e Mudanças Sociais
D8	SOARES (2017)	Psicologia da Educação
D9	ROMÃO (2018)	Educação
T4	LE MOS (2018)	Ciências Sociais
D10	SILVA (2018)	Sociologia
D11	JÁCOME (2019)	Economia Rural
D12	MIRANDA (2019)	Educação Física
D13	RENAULT (2019)	Psicologia
T5	GUIMARÃES (2020)	Educação
D14	GONÇALVES (2021)	Educação
D15	SILVA (2021)	Educação

**Fonte:** dados da pesquisa (2023).

Outra variável que observamos no conjunto de trabalhos selecionados foi a filiação acadêmica dos autores. A instituição com maior quantidade de pesquisas foi a Universidade Federal do Ceará e a da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, as duas com 3 publicações cada. A listagem geral das Universidades que publicaram as teses e dissertações pode ser conferida no quadro 3:

**Quadro 3** – Filiação Acadêmica

<b>CÓD.</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
D1	SILVA (2013)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	São Paulo - SP
D2	PARENTE (2014)	Universidade Federal do Ceará	Fortaleza - CE

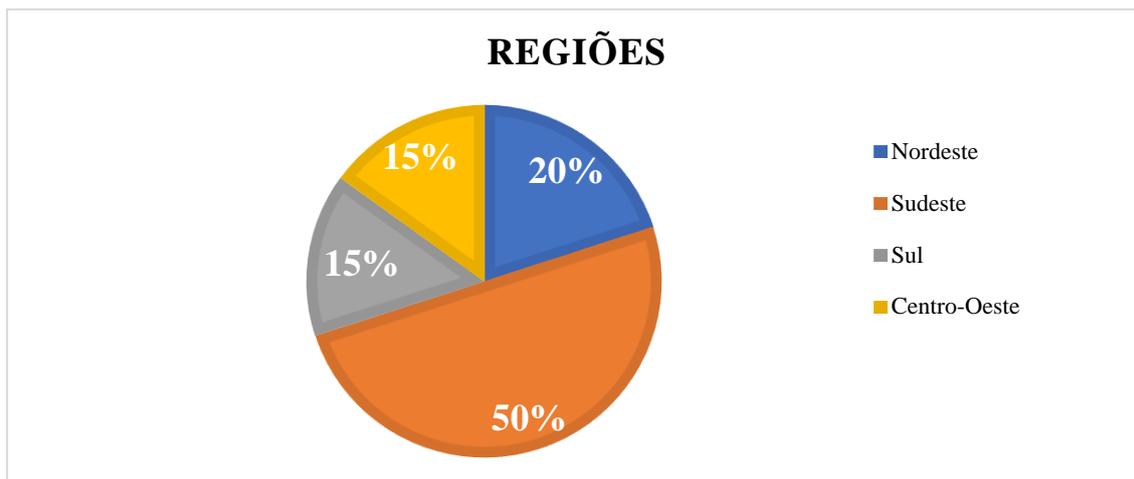
T1	PERDIGÃO (2015)	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte - MG
T2	ROCHA (2015)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	São Leopoldo - RS
D3	BATISTA (2016)	Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa - PB
D4	GALLI (2016)	Universidade Federal de Goiás	Goiânia - GO
D5	MARCHESI (2016)	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba - MG
T3	GOMES (2016)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	São Paulo - SP
D6	SOUZA (2016)	Universidade de São Paulo	São Paulo - SP
D7	OLIVEIRA (2017)	Universidade Federal do Ceará	Fortaleza - CE
D8	SOARES (2017)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	São Paulo - SP
D9	ROMÃO (2018)	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Campinas - SP
T4	LEMOS (2018)	Universidade de Brasília	Brasília - DF
D10	SILVA (2018)	Universidade de São Paulo	São Paulo - SP
D11	JÁCOME (2019)	Universidade Federal do Ceará	Fortaleza - CE
D12	MIRANDA (2019)	Universidade de Brasília	Brasília - DF
D13	RENAULT (2019)	Universidade Católica de Brasília	Brasília - DF
T5	GUIMARÃES (2020)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	São Leopoldo - RS
D14	GONÇALVES (2021)	Universidade Federal de Ouro Preto	Mariana - MG
D15	SILVA (2013)	Universidade Federal de Ouro Preto	Mariana - MG

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No que concerne a localização geográfica das Universidades que publicaram as teses e dissertações que abordam a inclusão e permanência dos pobres no Ensino Superior, constatou-se que a região Sudeste foi responsável por 50% das publicações, seguida do Nordeste com 20%, 15% para o Centro-Oeste e para o Sul, respectivamente.

Não foram atribuídas publicações para a região do Norte (Gráfico 2). Cabe ressaltar que a região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) concentra um número maior de Programas de Pós-Graduação em Educação, em relação as demais macroregiões do Brasil. Cogitamos a hipótese de que esta concentração tenha influenciado no volume de pesquisas que localizamos na BDTD.

**Gráfico 2** – Localidades das Publicações



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Por meio da leitura das pesquisas selecionadas na BDTD, identificamos a metodologia utilizada por autor. No quadro abaixo apresentamos a síntese dos objetivos e das metodologias.

**Quadro 4** – Objetivos e metodologias da revisão bibliográfica

CÓD.	AUTOR/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA/AMOSTRA
D1	SILVA (2013)	Examinar as dificuldades desses bolsistas no contexto em que foi concebido e no período que o antecedeu.	Pesquisa qualitativa, quantitativa, estudo de caso n=12 estudantes
D2	PARENTE (2014)	Analisar as condições de acesso e permanência dos estudantes no curso de licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE),	Pesquisa qualitativa, estudo de caso n=17 ingressantes
T1	PERDIGÃO (2015)	Descobrir, no discurso dos discentes do ensino superior privado, pertencentes à ralé brasileira, elementos narrativos	Pesquisa qualitativa, estudo de caso n=5 discentes

		que apontassem para as possibilidades ou impossibilidades de sucesso na mudança de suas trajetórias profissionais após seu ingresso em um curso de formação superior.	
T2	ROCHA (2015)	Identificar e analisar as causas/os motivos que levam os alunos prounistas dos cursos de licenciatura a se evadirem.	Pesquisa qualitativa, estudo de caso n=18 participantes
D3	BATISTA (2016)	Conhecer e analisar os processos formativos que favorecem o ingresso e a permanência de estudantes em cursos de graduação de alto prestígio social.	Estudo qualitativo, quantitativo, estudo de caso n=60 bolsistas
D4	GALLI (2016)	Descrever a contribuição do PET-Saúde na formação dos profissionais dos cursos da área da saúde da Universidade Federal de Goiás, na visão dos tutores.	Pesquisa qualitativa, estudo de caso n=16 tutores
D5	MARCHESI (2016)	Compreender os efeitos de sentido de algumas construções linguísticas e ideológicas presentes nas normas referentes à avaliação da Educação Superior, principalmente no que tange à qualidade na Educação Superior.	Pesquisa documental, legislação brasileira educacional
T3	GOMES (2016)	Construção da identidade profissional em jovens universitários bolsistas: um estudo a partir dos valores e das definições de âncoras de carreira.	Estudo qualitativo, estudo de caso n=30
D6	SOUZA (2016)	Analisar dentro do atual panorama de expansão do ensino superior em instituições privadas no Brasil.	Análise documental e entrevista semiestruturada, n=3 entrevistados
D7	OLIVEIRA (2017)	Avaliar a Política Educacional do PROUNI na Educação Superior na perspectiva dos discentes	Estudo qualitativo, estudo de caso n=14 estudantes bolsistas do PROUNI
D8	SOARES (2017)	Conhecer sobre a escolarização dos estudantes desfavorecidos economicamente, a forma como chegaram ao ensino superior, como conheceram o PROUNI e suas expectativas após concluírem a graduação.	Estudo bibliográfico, pesquisa qualitativa, n= 5 entrevistados

D9	ROMÃO (2018)	Analisar a vivência de ex-beneficiários do programa Bolsa Família em cursos de maior e menor prestígio no Ensino Superior de uma Universidade do interior do Estado de São Paulo.	Pesquisa qualitativa, estudo de caso n= 8 estudantes
T4	SILVA (2018)	Analisar as condições de acesso e permanência dos estudantes no curso de licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE),	Pesquisa documental n= 657 egressos
D10	LEMOS (2018)	Investigar os efeitos do Bolsa Família	Estudo experimental n=adolescentes beneficiários do Bolsa Família
D11	JACOMÉ (2019)	Verificar os efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho secundário brasileiro e a tomada de decisão dos jovens entre 16 e 17 anos	Pesquisa documental – base de dados da PNAD 2017
D12	MIRANDA (2019)	Analisar o desenvolvimento da dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta do Distrito Federal no período 2014/2015, bem como suas transições para fora do esporte.	Pesquisa qualitativa, estudo de caso n=10 ex-atletas
D13	RENAULT (2019)	Caracterizar os estudantes indígenas da UnB, analisar sua trajetória acadêmica, expectativas e dificuldades enfrentadas.	Estudo qualitativo, estudo de caso n=9 estudantes indígenas
T5	GUIMARÃES (2020)	Estudar a caminhada educacional de jovens prounistas.	Pesquisa qualitativa, estudo participativo n=alunos vinculados ao PROUNI e IES
D14	GONÇALVES (2021)	Investigar as condições que contribuíram para que os estudantes oriundos de distritos distantes da cidade conseguissem ingressar e permanecer na Pós-graduação na Universidade Federal de Ouro Preto	Estudo qualitativo, estudo de caso n=6 estudantes
D15	SILVA (2021)	Investigar os fatores que influenciaram o ingresso e a permanência de estudantes de camadas populares no curso de Direito da Universidade Federal de	Estudo qualitativo, estudo de caso n=3 estudantes

		Ouro Preto, fortemente seletivo e com alto prestígio social, com destaque para o papel familiar no sucesso escolar.	
--	--	---	--

**Fonte:** Dados da pesquisa (2023).

### 2.3 Panorama do Conjunto de Pesquisas selecionadas

As Bolsas e Financiamentos Estudantis são incentivos financeiros concedidos no âmbito das políticas públicas destinadas, principalmente aos jovens de baixa renda. A iniciativa privada também é responsável por parte dos financiamentos e bolsas com o objetivo de ingresso ou permanência no ensino superior. Dentre os programas ofertados pelo governo federal, os de maior expressividade são o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Sistema de Cotas e o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil (GOMES, 2016).

Gonçalves (2021) complementa afirmando que a maioria dos estudantes das classes populares dependem de bolsas e financiamentos tanto para adentrar no Ensino Superior quanto para que possam permanecer e concluir o curso escolhido. São as políticas públicas de inclusão social, como a Bolsa Permanência que garante apoio financeiro aos estudantes que permitem que as parcelas mais vulneráveis da população também possam frequentar cursos de graduação programas de pós-graduação. No quadro abaixo (quadro 5) são apresentadas as Bolsas e Programas Sociais abordados pelos estudos selecionados.

**Quadro 5** – Bolsas mencionadas nos estudos selecionados

<b>Autor/ano</b>	<b>Programa estudado</b>
BATISTA/2016	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq
GALLI/2016	O Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde)
GOMES/2016	Bolsas e Financiamentos Estudantis
GONÇALVES/2015	Programa Bolsa Família - PBF
GONÇALVES/2021	Bolsas e Financiamentos Estudantis
GUIMARÃES/2020	PROUNI
JACOMÉ/ 2019	Bolsa Família
LEMOS/2018	Bolsa Família
MIRANDA/2019	Bolsa Atleta do Distrito Federal
MARCHESI/2016	Bolsas e Financiamentos com foco na qualidade do ensino superior
OLIVEIRA/2017	PROUNI
PARENTE/2014	ENEM/PROUNI
PERDIGÃO/2015	PROUNI/FIES

RENAULT/2018	Bolsas para a Educação Superior Indígena
ROCHA/2015	PROUNI
ROMÃO/2018	Bolsa Família/Prouni
SILVA/2013	Programa Bolsa Universidade
SILVA/2018	PROUNI
SILVA/2021	Bolsas e financiamentos
SOARES/2017	PROUNI
SOUZA/2016	Programa Bolsa Universidade

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O PROUNI foi criado pela Lei n. 11.096/05 com o objetivo de fornecer bolsas de 50% a 100% para estudantes cursarem o Ensino Superior em instituições privadas<sup>14</sup>. A finalidade do Programa foi ampliar o acesso dos segmentos populares da população ao Ensino superior.

Para Oliveira (2017) o PROUNI é o meio de viabilizar o acesso ao direito fundamental a educação para todos, de forma que haja a formação para a cidadania e preparo para o mundo do trabalho. Sua criação foi proposta para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade para garantir sua entrada no Ensino Superior, auxiliando também na permanência dos jovens com dificuldades financeiros até o término do curso:

Não é novidade que o sistema público de educação superior não possui capacidade para atender a totalidade da população no seu direito ao acesso à graduação. Nesse sentido, os investimentos em políticas públicas como FIES e PROUNI conseguiram abranger um grande quantitativo de alunos nas instituições particulares, representando hoje mais de 75% das matrículas no país... (SILVA, 2018, p.94)

Nesse sentido, nota-se a importância dos programas de bolsas, financiamentos e incentivos a permanência no Ensino Superior, dentre os quais o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um dos mais importantes, para o segmento das Licenciaturas. Criado no ano de 2007 ele foi idealizado para incentivar a aproximação de licenciandos à realidade escolar e qualificar a formação dos futuros docentes. Contudo, ao assegurar um benefício financeiro aos bolsistas, ele também incentiva a permanência dos estudantes de baixa renda. Os projetos financiados pelo PIBID são desenvolvidos pelos Institutos de Ensino Superior (IES) em parceria com escolas das redes públicas

<sup>14</sup> O critério financeiro para a participação no PROUNI é a comprovação de renda de até 1,5 salário-mínimo *per capita* para bolsas integrais e até 3 salários-mínimos *per capita* para bolsas de 50% (GUIMARÃES, 2020). O PROUNI, em seus resultados classificatórios para a concessão de bolsas considera as notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

priorizando a inserção dos estudantes desde o início de sua formação para que possam desenvolver atividades pedagógicas em intervenção às problemáticas identificadas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC faz parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que oferta diferentes bolsas de iniciação científica, articulando o ensino e a extensão. Em perspectiva inclusiva, ao envolver o estudante em projetos de conhecimento, potencializa sua permanência na Universidade (BATISTA, 2016).

Diversos são os programas sociais e políticas públicas que objetivam criar espaço de inclusão para jovens em situação vulnerabilidade social, contribuindo para a sua permanência nos processos educacionais, como o Programa Bolsa Atleta do Distrito Federal, cujas características são a premiação financeira de atletas com méritos em competições estudantis atrelado às obrigações escolares (MIRANDA, 2019).

O Programa Bolsa Atleta do Distrito Federal serve como incentivo para que o estudante permaneça na escola e alcance bom desempenho nos estudos, além de criar aporte para alavancar a formação atlética por meio de incentivos financeiros aos estudantes que conquistam campeonatos estudantis (MIRANDA, 2019).

Uma das promissoras ações para manter o jovem na escola é o investimento no esporte, dada a aderência de crianças e adolescentes as mais variadas modalidades atléticas. Miranda (2019) revela que por meio do Programa Bolsa Atleta implantado no Distrito Federal, os estudantes desenvolvem formação atlética, porém com vistas a boa preparação para o ingresso ao Ensino Superior, por meio do bom desempenho na educação básica.

A dedicação a carreira de atleta e estudantil é realidade dos jovens bolsistas do Programa Bolsa Atleta, porém, ao término do Ensino Médio, geralmente é finalizada a carreira de atleta para que o jovem se dedique a entrada no Ensino Superior (MIRANDA, 2019). Os impactos do programa BA são sentidos na permanência e bom desempenho dos estudantes atletas e na massiva inserção posterior no Ensino Superior.

O Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde) se configura em uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, instituído pelas Portarias Interministeriais nº 421 e nº 422 para integrar os serviços de educação, saúde e apoio às comunidades. Por meio da concessão de bolsas de estudos oportuniza a formação integrada entre teoria e prática aos graduandos em Saúde (GALLI, 2016).

O PBF está relacionado a transferência de renda para as famílias que apresentam pobreza e extrema pobreza, sendo repassado pelo governo federal e acrescido de valor

para cada criança devidamente vacinada, matriculada na rede pública de ensino que tenha frequência escolar (JACOMÉ, 2019).

#### **2.4 Análise das pesquisas selecionadas**

Batista (2016) realizou um estudo de caso com aplicação de questionários para sessenta estudantes bolsistas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), oriundos de escolas públicas e matriculados em cursos de graduação, e entrevistou 6 estudantes que frequentavam cursos de alto prestígio social, na mesma instituição. O autor buscou compreender fatores que configuram desafios para a permanência dos participantes da pesquisa no Ensino Superior e destacou a diversidade de trajetórias do público participante.

Batista (2016) revelou que o perfil dos bolsistas do PIBIC inseridos na UFPB é de 66,7% do sexo feminino na faixa etária de 19 a 24 anos (71,7%), a maioria solteiros (90%), sendo 10% morando com parentes 20% dividindo a residência com colegas e 56,7% residindo com os pais. Na amostra de pesquisa, 91,7% não trabalham, o que impacta em 50% não possuírem renda própria. Considerando a bolsa científica como renda, 32% declararam possuir renda de até um salário-mínimo. Dos bolsistas, 80% vieram das escolas públicas, respondendo que a principal dificuldade para se manter no Ensino Superior era o fator financeiro (91,7%).

As famílias dos jovens de baixa renda fazem inúmeros sacrifícios para manter os filhos nas universidades, principalmente o corte de despesas, além de complementação de renda com trabalhos extras, feitos pela família e pelo jovem universitário. Entretanto, a principal renda vem de programas de incentivo universitário que são utilizados por estudantes de baixa renda como estratégias para garantirem sua permanência no Ensino Superior (BATISTA, 2016).

Para 98% dos estudantes bolsistas pesquisados por Batista (2016) o PIBIC tem uma influência muito positiva para a sua permanência e desempenho acadêmico, pois, além da ajuda financeira, ainda há possibilidades de alavancar a carreira profissional pelo meio acadêmico na produção de conhecimentos científicos. As trajetórias de sucesso apresentada pelo estudo de Batista (2016) foram associadas a interdependência da família, a vontade de ascensão econômica e a relação estabelecida com o saber.

Galli (2016) pesquisou a efetividade do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde), destinado a estudantes matriculados no Ensino Superior da

Universidade Federal de Goiás (UFG). Por meio de uma abordagem interdisciplinar, o PET-Saúde da UFG, ofereceu ações para motivar o desenvolvimento dos estudantes e procurou contribuir para a redução da evasão. Os resultados indicam que este tipo de programa, apesar de ofertado para um público restrito, impactou de forma positiva na trajetória acadêmica dos estudantes atendidos.

Ao investigar o Programa PET-saúde, Galli (2016) constatou que o Programa permite a vivência interdisciplinar entre graduandos dos cursos de Saúde permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades de percepção sobre a complexidade da realidade prática de sua profissão, gerando motivação e potencialização do desempenho acadêmico.

O aporte financeiro, com bolsas de R\$360,00 para o estudante e R\$1800,00 para o tutor ofertado pelo PET-Saúde é um dos indicativos que auxiliam para a permanência dos discentes nos cursos de graduação, fomentando capital humano para o trabalho no Sistema Único de Saúde – SUS (GALLI, 2016). Pela pesquisa de Gomes (2016) foi evidenciado que a maior parte dos jovens bolsistas são provenientes de lares com baixa renda, acostumados com as contradições sociais, valorativas e econômicas. Incentivados pela experiência da bolsa na graduação, estes jovens tendem a perceber a permanência no curso como uma oportunidade de adentrar o mercado.

Gomes (2016) realizou sua pesquisa a partir da amostra de 30 jovens bolsistas ou beneficiados com financiamentos estudantis de quatro Instituições do Ensino Superior. Os pesquisados apresentaram a idade média de 20 a 31 anos, dos quais 70% do sexo feminino. Mais da metade dos entrevistados eram bolsistas do PROUNI. O interesse pelo ingresso no ensino universitário foi relacionado a sonhos, interesses, pressões familiares e identificação com o curso escolhido. A identidade profissional está atrelada a expectativas, a vivência, a história de vida e a exposição de novos ambientes. Entre os valores expressos pelos estudantes, estavam a benevolência (ajudar a família) e a realização pessoal (GOMES, 2016).

Gonçalves (2021) investigou a trajetória de 6 estudantes universitários provindos das classes populares para identificar quais são os fatores determinantes para o ingresso e permanência escolar de tal segmento populacional. Dos entrevistados da pesquisadora, 4 eram mulheres e 2 homens, com idade entre 28 e 34 anos. Em comum, a história apresentada dos 6 entrevistados, tem a origem popular e a chegada até o nível de doutorado dos estudantes. Gonçalves (2021) afirma que entre os fatores que influenciam diretamente para o ingresso e a permanência de jovens com baixa renda no Ensino Superior, as bolsas e os financiamentos recebem grande destaque, seguido do apoio

familiar.

Tal posição da família em relação aos estudos do filho deve ser adquirida com as ações de conscientização da escola desde a educação básica, a partir do envolvimento dos pais nos processos escolares. A educação superior é capaz de promover a ascensão social auxiliando no desenvolvimento familiar, fator que gera motivação para que sejam descobertos caminhos para o jovem de baixa renda até a conclusão do curso e no ingresso no mercado de trabalho (GONÇALVES, 2021).

Quanto a família no processo de escolarização, Gonçalves (2021) destaca a grande participação das mães em apoio financeiro e emocional. A partir do apoio aos filhos, sentiram-se realizadas pela oportunidade de mudar a vida e realidade dos filhos. Além das dificuldades de inserção no Ensino Superior, os estudantes das camadas populares passam por desafios de ordem econômica, social e cultural para permanecer no curso escolhido.

Para os bolsistas, para que possam se dedicar com exclusividade aos estudos, a partir do benefício de bolsas de valores mais altos, precisam tirar as melhores notas da turma, pois, caso contrário, precisam conciliar o tempo entre o estudo e o trabalho. Até mesmo a adaptação em cursos universitários requer uma maior exigência para os estudantes originários das escolas públicas e do campo. Muitos jovens sofrem preconceitos e dificuldades para conciliar estudos com trabalho ou cuidados com a família, gerando a evasão. Gonçalves (2021) conclui que as políticas de incentivo estudantil são essenciais para a permanência dos jovens provindos de classes populares nas IES, auxiliando nos momentos financeiros mais difíceis e evitando que haja a evasão.

Guimarães (2020) objetivou compreender os impactos do PROUNI para a emancipação social dos sujeitos bolsistas inseridos nas universidades brasileiras. O autor desenvolveu uma pesquisa com um grupo de bolsistas do PROUNI atendidos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)<sup>15</sup>. Para apresentar os resultados de sua investigação, o pesquisador elencou cinco histórias dos estudantes que participaram da Roda de Conversa, sendo na primeira história relatada notada a marca do deslocamento para poder cursar o Ensino Superior. A estudante, primeira na família a ingressar numa Universidade, mora com os tios, mas se sente deslocada, com pouco tempo para ficar com os familiares. Ela afirma que quando recebeu a notícia sobre a bolsa integral do PROUNI

---

<sup>15</sup> Foram 56 estudantes matriculados nos cursos de Redes, Administração, Análise e Psicologia, totalmente vinculados ao Prouni e ao FIES no ano de 2020.

foi o momento de maior alegria da sua vida, e sua escolha por Psicologia se deu a partir da percepção de uma missão de vida que seria ajudar as pessoas.

Na história do segundo estudante, nota-se um cenário diferente, os seus três irmãos são graduados e o estudante seguiu morando com a família ao entrar na IES. Sua entrada foi de forma particular, porém, não estava conseguindo arcar com os custos da mensalidade, quando prestou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e conseguiu uma bolsa integral no PROUNI evitando que evadisse. A terceira história conta a trajetória de uma estudante de 35 anos, casada e mãe de uma criança de 6 anos. Ela reside a 8 km do IES e afirmou que a mudança de cidades fazia parte da rotina da família, pela busca por oportunidades de emprego. Para conquistar o PROUNI realizou o ENEM por 10 anos, até obter uma boa nota que a levou a aquisição do PROUNI integral, que segundo a entrevistada, foi o único meio de acesso ao Ensino Superior. A estudante não possui apoio dos pais, afirma que são pessoas simples do interior (GUIMARÃES, 2020).

A quarta estudante participante da pesquisa de Guimarães (2020), tem 28 anos não possui filhos, mas é casada. Para a estudante o PROUNI foi o meio de conseguir realizar seu sonho de se formar antes dos 30 anos. A estudante afirma a ser a primeira a ter formação superior e que se não fosse pelo PROUNI estaria trabalhando em algum emprego que não exigisse tanta qualificação, pois não teria meios próprios para se aperfeiçoar intelectualmente. Os pais incentivam a filha na formação, pois como autônomo e empregada doméstica, acreditam que a educação seja o melhor meio de ascensão social.

A quinta estudante participante da pesquisa de Guimarães (2020) tem 37 anos e afirma que logo terminou o Ensino Médio se matriculou-se no Ensino Superior, porém, cursou apenas 2 semestres e evadiu por falta de recursos financeiros para prosseguir. Depois de 15 anos entrou em outro curso, porém diante da mesma situação não conseguiu prosseguir os estudos. Por meio do PROUNI conseguiu voltar a cursar o Ensino Superior no último curso que havia parado, Psicologia. Sem a bolsa, a estudante afirmou que estaria afastada do curso. De toda a sua família, a irmã é formada em Administração e um primo cursa Administração (GUIMARÃES, 2020).

Para Guimarães (2020) os estudantes bolsistas fazem planos para o mercado de trabalho, se organizando antes do término do curso e tem como meta o prolongamento dos estudos em programas de pós-graduação. Nota-se, que as políticas de incentivo político para a inserção e permanência do ensino é um dos passos essenciais para viabilizar um contexto emancipador para a educação nacional:

[...] os alunos do ProUni estão carregados de sonhos e desejos para serem realizados após a conclusão de seu curso, pois indicam caminhos que pretendem trilhar com relação ao seu novo trabalho depois de formados. A expressão de cada um dos alunos nos permite que todos os participantes da presente pesquisa estão em processo de emancipação, pois a oportunidade educacional que eles estão vivenciando tem contribuído para a ampliação de sua autonomia e corresponsabilidade social, demonstrado por eles pela preocupação com as questões sociais e na proposição de trabalhos sociais com cidadãos em situação de vulnerabilidade social (GUIMARÃES, 2020, p.176).

Com sua pesquisa Guimarães (2020) conclui que para os estudantes prounistas de sua pesquisa, a experiência de cursar uma graduação está diretamente relacionado com o trabalho e a ascensão social. Para se manterem no Ensino Superior os estudantes passaram os diferentes obstáculos e por meio das experiências e conhecimentos obtidos no Ensino Superior puderam ampliar seus horizontes de reflexão impactando em seu âmbito profissional e social.

A abordagem desenvolvida por Guimarães apresenta similaridades com a pesquisa realizada por Oliveira (2017) com beneficiários do PROUNI, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Oliveira (2017) revela pela fala de seus entrevistados que o PROUNI é importante para que os jovens das classes populares possam permanecer no Ensino Superior, porém, o Programa não é isento de falhas, pois não cobre os custos que são gerados no trajeto universitário. A pesquisa de Oliveira (2017) revelou que o PROUNI é o principal meio de democratização do Ensino Superior, pois, para muitos beneficiários, não seria possível cursar uma graduação sem a bolsa de financiamento.

Soares (2017) também realizou entrevistas com beneficiários do PROUNI. O público contemplado pela sua pesquisa foi de 6 estudantes da Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). As entrevistas registraram a história de vida das entrevistadas, revelando os desafios encontrados tanto para a inserção quanto a permanência no Ensino Superior. A primeira entrevistada deslocou-se da cidade de Alagoas para São Paulo com a intenção de cuidar de sua avó que estava doente. Concluiu o estudo básico em São Paulo com muita dificuldade, e, após o falecimento da avó, soube do programa por uma vizinha de quintal. Após conseguir o financiamento integral do PROUNI, a estudante concilia o trabalho com a Faculdade e, por vezes, se sente sobrecarregada com tantos trabalhos da faculdade que se acumulam para o final de semana.

A história da segunda entrevistada envolve grande vulnerabilidade familiar, pois

aos 2 anos de idade deslocou-se do Paraná para São Paulo para a adoção, pois sua mãe é usuária de drogas e seu pai biológico é desconhecido. Sendo adotada por família evangélica não teve apoio dos pais adotivos para estudar, pois seus pais acreditavam que mulher não nasceu para estudar. Prestou o PROUNI depois de casada mantendo o desejo de após a formação trabalhar em Pedagogia Hospitalar e Psicanálise, já que atualmente atua em uma escola privada como auxiliar de classe (SOARES, 2017).

A terceira entrevistada estudou em escola pública e soube do PROUNI na própria escola. Na ocasião da pesquisa, a estudante tinha 27 anos, morava com a mãe, dois irmãos e a avó, no qual ajuda com as despesas da casa. Atualmente faz graduação de Pedagogia e pretende, após se formar, cursar pós-graduação de Neurociência. A quarta entrevistada estava casada e trabalhava em uma escola de ensino privado. Ela conseguiu cursar a graduação por meio de um convênio entre a prefeitura municipal (na qual sua mãe trabalhava) e a PUC. A quinta entrevistada, tinha uma irmã bolsista do PROUNI, cursava pedagogia e era estagiária de uma escola de Educação Infantil (SOARES, 2017).

O Programa Bolsa Estudantil, ofertado pelo Governo do Distrito Federal para estudantes do Ensino Superior que praticam atividades esportivas, também foi contemplado no conjunto de pesquisas selecionadas. Com base na Dissertação de Miranda (2019), sabemos que o Bolsa Estudantil funcionou como um incentivo para a permanência dos estudantes beneficiados. Trata-se então de um programa com um público relativamente pequeno, mas com impactos positivos.

Soares (2017) concluiu que a maioria dos beneficiários do PROUNI nasceram de famílias com pouca escolarização, com contextos sociais e financeiros vulneráveis. Para manterem-se na universidade é necessário enfrentar situações advindas de alcoolismo na família, casamentos precoces e conciliação entre trabalho e estudo, sendo o financiamento essencial para que não evadam. O PROUNI, então, é o meio do estudante da classe popular inserir no Ensino Superior e transformar sua realidade por meio do bom desempenho nos processos acadêmicos nutrindo expectativas quanto as experiências profissionais posteriores geradas pelo término do curso.

Parente (2014) entrevistou estudantes matriculados em cursos da Saúde para compreender quais eram os fatores determinantes da permanência ou evasão no Ensino Superior. Na interpretação elaborada pelo autor, fatores como necessidades financeiras, dificuldades em conciliar trabalho com estudo ou compromissos com a família influenciam para que ocorra uma elevada taxa de evasão. E apesar dos diferentes tipos de auxílio estudantil implementados nas últimas décadas, a evasão dos estudantes de baixa

renda contiuana elevada.

Ao entrevistar 17 universitários, professores e coordenadores universitários, Parente (2014) revelou que mesmo com incentivos assistenciais e bolsas de estudos, os estudantes de sua pesquisa já desistiram mais de uma vez do curso por problemas financeiros. Outro fator que contribui para a desistência do curso é a constante reprovação que vai de acordo com o desempenho do ENEM, demonstrando que o estudante não teve um bom preparo na educação básica para ingressar nas IES. Para os estudantes entrevistados por Parente (2014), os fatores como a qualidade do ensino ofertado, a assistência financeira pelas bolsas e projetos, assistência dos professores, boa infraestrutura e um bom acervo bibliográfico contribuem para a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Perdigão (2015), em sua tese, evidenciou a realidade das pessoas das classes populares que depositam sua esperança de ascensão econômica e social ao ingressar no Ensino Superior com o auxílio de programas governamentais de financiamento e bolsas. O autor localizou um público muito específico: estudantes que combinaram o benefício do PROUNI<sup>16</sup> com o FIES. Estes estudantes, ao usarem a combinação dos benefícios, demonstraram criatividade para enfrentar as adversidades econômicas que o Ensino Superior apresenta para os sujeitos procedentes de famílias de baixa renda.

Perdigão (2015) entrevistou cinco estudantes provenientes de classes populares. A primeira entrevista ocorreu com Jucileia, cuja família passou por dificuldades financeiras ao passo de não ter comida em sua dispensa, sendo a merenda escolar seu único alimento durante certo período de sua infância. Nesse ponto, é observado que para muitos, a escola pública representa, além de um local de sociabilização e aprendizado, um refúgio para a sobrevivência.

Jucileia afirma que a escola em que cursou a educação básica era longe de sua casa, então, às vezes, quando conseguia o dinheiro da passagem ia andando para comprar meio quilo de arroz e de feijão e ter o que comer quando chegasse em casa. Perdigão (2015) ressalta que, no discurso de Jucileia, é possível notar a desconstrução da meritocracia no ambiente escolar e o abismo de desigualdades que separa as classes, pois enquanto alguns podem investir em desenvolvimento cultural, outros não tem o suficiente para suprir necessidades básicas cotidianas.

Jucileia é empregada doméstica, separada, mãe de três filhos, conseguindo

---

<sup>16</sup> O PROUNI oferece cotas de bolsa ou bolsa integral para determinados casos. A porcentagem da cota ou a integralidade do benefício é definida pela condição socioeconômica do estudante.

adentrar o Ensino Superior, afirma que sua visão de mundo foi ampliada e que o maior desejo com a certificação, é promover melhores condições para seus filhos se desenvolverem. Entretanto, mesmo estando no término do curso de Administração sente grande dificuldade de estagiar na área, ao que Perdigão (2015, p.115) afirma que “Não são somente as empresas que são falhas, mas toda a sociedade. Ao se construir uma estrutura social segregadora, se falha em conferir igualdade social e de oportunidades aos seus cidadãos - os agentes sociais”.

Isaías, o segundo entrevistado, em 2015, era casado, tinha 44 anos e três filhos. Sua infância foi marcada pelo trabalho para contribuir com os pais para o sustento da família composta por vários irmãos. Os pais, entretanto, se esforçavam para que os filhos estudassem, sendo a escola longe da residência de Isaías, o que lhe exigia uma longa caminhada diária. O ensino básico foi concluído por meio de Supletivo e depois por ensino regular, período em que trabalhava como gari, o que gerou diversas humilhações e constrangimentos na escola e em sua vida social. Isaías conseguiu financiamento pelo FIES e ingressou no curso de Engenharia Mecânica. Perdigão (2015) revelou que Isaías sofreu inúmeras discriminações sociais e após, 2 anos sem contato com o entrevistado, o procurou, sem obter retorno, na faculdade obteve a informação de que Isaías trocou de curso para Relações Públicas, porém, passado certo período havia evadido. O autor concluiu que Isaías não conseguiu ultrapassar os desafios cognitivos, culturais e sociais que o Ensino Superior lhe impusera.

Carolina, na ocasião da entrevista, tinha 43 anos, era casada e mãe de dois filhos. Sua infância, assim como os demais entrevistados foi marcada pela vulnerabilidade, agravada pelo falecimento do pai quando ela tinha 5 anos de idade. Foi enviada para um internato religioso voltado para a assistência de crianças e adolescentes órfãs e carentes. Foi por meio do internato que teve acesso a boa qualidade de estudo e extrema disciplina, concluiu a escola básica com um curso técnico em contabilidade. Enquanto Carolina persistia nos estudos, seu esposo afirmava que o destino dela era ser dona de casa, pilotar fogão:

Nos preconceitos naturalizados na sociedade, cabe ao homem a função de ser o principal, ou único, provedor do lar. É por isso que o esposo dizia que não havia necessidade de ela estudar. Ele era o provedor, e as coisas deveriam continuar como estavam (PERDIGÃO, 2015, p.157).

Vencendo todas as dificuldades conclui seu curso técnico e conseguiu um emprego na UFMG de auxiliar de serviços gerais e depois servente de cantina. Vendo sua

filha se preparando para o ENEM, também realizou o exame e conseguiu uma bolsa de 50% pelo PROUNI e se matriculou em um curso de contabilidade no Ensino Superior. Em sua trajetória teve intensas dificuldades, com saúde e problemas financeiros em conciliar o trabalho com os estudos. Após dois anos, o pesquisador procurou Carolina e descobriu que ela passou por intensas dificuldades nesse período, como o desemprego e parecer médico de que ela não podia mais trabalhar em pé. Conseguiu o financiamento do FIES e prosseguiu os estudos, com o passar do tempo arrumou dois empregos ligados a Prefeitura, gerando maior ascensão social e rendimento.

O quarto entrevistado foi José, que vivia em uma favela em Belo Horizonte. Sua família sempre o incentivava a estudar alertando “pra não ficar igual a sua mãe e o seu pai”. Tratando-se do Ensino Superior, José afirmou que a Universidade Pública para ele era inviável pois, pelos horários, ele não conseguiria trabalhar e as particulares eram mais procuradas e popularizadas os cursos de licenciatura pois as pessoas de classe média e alta não tinham interesse em estudar. Diante dessas dificuldades, José abriu uma marcenaria “fundo de quintal” e ficou por anos trabalhando de forma autônoma, até perceber que a falta de conhecimentos técnico-acadêmicos estava interferindo no sucesso de seus negócios. No ano de 2008 conseguiu uma bolsa 100% do PROUNI. Após dois anos da entrevista, José estava graduado e trabalhando como marceneiro.

O último entrevistado, se chamava Lucas e em 2015 estava com 30 anos e solteiro. Foi criado em uma comunidade muito pobre, tendo seus pais estudado até o ensino fundamental. Seus pais se separaram durante a sua infância e a mãe passou a desenvolver inúmeras atividades profissionais para prover o sustento dos filhos. Aos 15 anos, Lucas abriu em sua casa uma oficina de restauração de bicicletas, porém, com custo elevado e pouco retorno, seu empreendimento durou apenas dois anos. Em empregos posteriores, Lucas, apesar de atividades precárias, se destacava em sua função, porém, por sua ousadia e empreendedorismo fez uma proposta na qual acabou sendo ridicularizado e demitido. Desde então, resolveu voltar a trabalhar como autônomo, sempre com apoio da família, abriu uma mercearia no fundo de casa. Lucas conseguiu a bolsa do PROUNI sem realizar o ENEM e estando até mesmo alheio a tal programa, pois no começo do programa as bolsas eram distribuídas pela IES. Lucas ascendeu socioeconomicamente, convenceu seu sócio a estudar e os dois vislumbram um empreendimento de sucesso marcado pela trajetória da vulnerabilidade, apoio familiar e de bolsas de financiamento de estudos.

As classes populares têm como senso comum a relação entre formação acadêmica e sucesso profissional, entretanto, tal formação exige um esforço que por vezes é maior

do que as famílias podem dispor para auxiliar o jovem da classe popular:

[...] As narrativas das histórias de vida demonstraram que, embora as famílias compartilhem *habitus* de classe, apresentam diferenças significativas umas em relação às outras. Os próprios projetos de transmissão da herança familiar, ou sua superação, foram diferentes em cada família. Um exemplo disso é a diferença de perspectivas que os pais de nossos entrevistados tinham em relação à formação escolar de seus filhos. Enquanto o sonho do pai de Isaías era que os filhos concluíssem até a quarta série do ensino fundamental, a mãe de Jusciléia esperava que os filhos concluíssem o ensino fundamental. Já a mãe de Carolina desejava que a filha concluísse o ensino médio formando-se em magistério. As diferentes expectativas parecem estar relacionadas com as condições objetivas de vida de cada família. Quanto mais pobre, menores as expectativas em relação à vida escolar dos filhos, o que impacta os investimentos que cada família está disposta a fazer, ou pode fazer, em suas formações (PERDIGÃO, 2015, p. 228).

Perdigão (2015) conclui que apesar das bolsas e financiamentos serem potenciais meios de permanência no Ensino Superior, elas não garantem ascensão social porque coexistem com a meritocracia já institucionalizada na sociedade.

Silva (2021) também pesquisou a trajetória das classes populares no Ensino Superior. Ao entrevistar 5 estudantes bolsistas, bem como, seus familiares, a pesquisadora concluiu que os ingressantes no Ensino Superior provindos das camadas populares, geralmente tem o percurso escolar marcado pelas dificuldades. A chegada a Universidade já representa um rompimento no ciclo de evasão que as vezes marca gerações que não conseguem terminar o ensino básico.

Rocha (2015) que apresentou o cenário de evasão dos estudantes beneficiários do PROUNI nas universidades. Ao entrevistar 8 estudantes bolsistas constatou que são diferentes fatores que estão associados a evasão dos cursos de licenciatura, sendo um dos principais as dificuldades financeiras em manter os gastos da trajetória acadêmica: “Ter bolsa de estudo não necessariamente constitui para o aluno da licenciatura a garantia para permanecer na universidade” (ROCHA, 2015, p.115).

As dificuldades de aprendizagem foi também um fator de destaque para a evasão e, mais uma vez, é notada o bom preparo na educação básica para que o estudante possa não somente adentrar, como se formar e desenvolver plenamente durante a sua graduação. Ademais, os estudantes da pesquisa revelaram que a desvalorização salarial do professor não motiva prosseguir com a formação, pois anseiam pela ascensão econômica e social (ROCHA, 2015). Ela conclui que as desigualdades no Ensino Superior, mesmo com as bolsas e financiamentos são evidentes.

Romão (2018) investigou a trajetória de estudantes bolsistas do PROUNI e Ex beneficiários do Bolsa Família para compreender suas vivências no Ensino Superior. Direcionando sua atenção para estudantes de cursos de “menor prestígio” atendidos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o autor explorou as percepções destes estudantes sobre a contribuição do PBF e do PROUNI nas suas trajetórias. A maior parte dos participantes da pesquisa reconheceu a importância dos programas supramencionados para superação da condição de pobreza. Não somente o PROUNI, mas o Bolsa Família se mostra essencial para manter a criança na escola, se desenvolvendo e adquirindo competências e habilidades que facilitarão seu ingresso na Faculdade (ROMÃO, 2018).

Entretanto, mesmo frequentando a escola, o ensino público é marcado de contradições como revela as falas dos entrevistados de Romão (2018) que ressaltaram as dificuldades nos estudos da educação básica pela ausência de professores tornando algumas disciplinas ausentes ou deficitárias. Porém, para os estudantes que desejavam aquela formação, tal fato não foi empecilho para prosseguirem os estudos, pois criaram estratégias próprias, criando a noção de que tinham de agir por conta própria para adquirirem o conhecimento necessário para ingressar no Ensino Superior.

Algumas falas foram marcadas pelo pessimismo diante da má qualidade do ensino ofertado na rede pública, enfatizando que era melhor não perder tempo com o estudo pois não os levaria ao crescimento, sendo melhor se dedicarem ao trabalho da roça. Foi pela persistência da família que o estudante deixa de desacreditar no ciclo da pobreza para esperar sobre condições melhores a partir do Ensino Superior (ROMÃO, 2018). Romão (2018) conclui que a partir das políticas públicas de redução das desigualdades sociais, as pessoas em situação de vulnerabilidade têm oportunidades de ingressar no Ensino Superior.

Silva (2013) investigou o Bolsa Universidade parte do Programa Escola da Família de responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Silva (2013) revelou que no contexto municipal paulista do Programa Bolsa Universidade - PBU, os estudantes evadem por dificuldades na compreensão da proposta do curso, sobre o conceito da profissão escolhida não estar de acordo com o almejado no início do curso, por dificuldades financeiras e dificuldade de conciliação entre emprego e estudo.

No mesmo sentido, Souza (2016) teve sua pesquisa inserida no mesmo contexto do Programa Bolsa Universidade para investigar a expansão de acesso ao Ensino superior entre os anos de 2003 e 2014. Souza (2016) revela que o perfil dos bolsistas é

caracterizado por jovens com média de 18 a 30 anos, porém, no início do Projeto Bolsa Universidade (PBU) em 2003 era da predominância de adultos de 31 a 45 anos, porém, logo em 2004 houve maior número de jovens de 18 a 30 anos. Entre 2003 e 2011, as mulheres representaram 2/3 dos bolsistas. A realidade dos bolsistas é marcada pelo trabalho e estudo, além da carga de trabalhos acadêmicos ao final de semana. Souza (2016) teve como principal achado de sua pesquisa a remodelação do PBU de combate à violência para a concessão de bolsas para o Ensino Superior, auxiliando muitos jovens oriundos da periferia paulista ao ingresso e permanência em cursos de IES.

Dentro do conjunto de pesquisas que localizamos na BDTD, a única que contemplou os estudantes indígenas foi a de Renault (2018) em entrevista com 9 indígenas entre trancados, desistentes e matriculados na Universidade Católica de Brasília.<sup>17</sup>

Entre as principais dificuldades evidenciadas para a permanência de indígenas nas universidades é a irregularidade do repasse das bolsas de estudos, além da falta de apoio e orientação que aumenta os desafios de adaptação cultural do indígena para integrar um contexto cultural diferente. Entretanto, Renault (2018) afirma que a ação afirmativa de bolsas estudantis aos povos indígenas é eficaz pois permite que essa parcela da população seja inserida na Educação Superior.

Renault (2018) conclui que apenas os incentivos de bolsas e financiamentos não são suficientes para que o jovem possa permanecer no Ensino Superior, pois a família ainda precisa se prontificar com despesas que por vezes não encaixa em seu orçamento. A desigualdade no Ensino Superior demonstra ser um desafio estrutural, cuja superação vai muito além das bolsas e financiamentos.

Consideramos importante enfatizar que, em determinados aspectos, as pesquisas destacaram as ações políticas que incentivaram a inclusão e permanência dos estudantes no Ensino Superior, e em outros, elas enfatizaram as percepções dos estudantes contemplados. Apesar de distintas nas proposições e diferenciadas nas escalas de análise, as pesquisas enfatizam o impacto positivo de ações políticas como o PROUNI, o FIES e o Bolsa Família, dentre outras.

---

<sup>17</sup> Os estudantes indígenas foram inseridos na Universidade Católica de Brasília no contexto do Convênio de Cooperação (2004)

### **CAPÍTULO 3 EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES POBRES NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA UFMS – CÂMPUS DO PANTANAL**

O presente capítulo apresenta os resultados de entrevistas realizadas com estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal- (CPAN) para compreender a relação do PBF com a escolarização das classes mais pobres.

As entrevistas ocorreram no mês de janeiro de 2023, contando com a participação de seis estudantes providas das classes populares. Seus dados pessoais, como nome, idade e local em que residem foram preservados para respeitar o direito ao anonimato previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento assinado pelos participantes.(apêndice A)

Com o propósito de analisar as percepções dos acadêmicos do Curso em licenciatura em Pedagogia pela UFMS CPAN, num primeiro momento, foi realizado um levantamento de alunos beneficiários do auxílio permanência da instituição pelo assistente social da Secretaria de Apoio para Assuntos Estudantis (SECAE). Que se efetivou com o contato telefônico para saber quais desses foram também beneficiários do Programa Bolsa Família, e entre a seleção foram obtido seis estudantes que foram ou são beneficiários do PBF e são beneficiários do auxílio permanência da UFMS-CPAN.

Quando consultamos os documentos de SECAE, identificamos discentes classificados como “socialmente vulneráveis” frequentando diversos cursos. Naquele momento, nossa atenção ainda não estava direcionada somente para os discentes da Licenciatura em Pedagogia do CPAN. O direcionamento foi consequência dos contatos que realizamos para apresentar a pesquisa e convidar os participantes. Nossa iniciativa encontrou uma resposta mais receptiva nos discentes da Pedagogia, e, por isso, optamos por analisar o fenômeno do ingresso dos pobres no Ensino Superior a partir deste grupo. Todas as participantes da pesquisa são matriculadas no curso de Pedagogia do CPAN.

E através do aplicativo de mensagem, WhatsApp, conseguimos o contato com os beneficiários e fizemos os convites aos alunos para serem voluntários da nossa pesquisa. Em um primeiro contato com os estudantes, mandamos uma mensagem de apresentação da pesquisa, no qual informariam se foram ou não beneficiários do PBF. No segundo momento, a aplicação das entrevistas semiestruturadas também foram realizadas de forma virtual pela plataforma Google Meet.

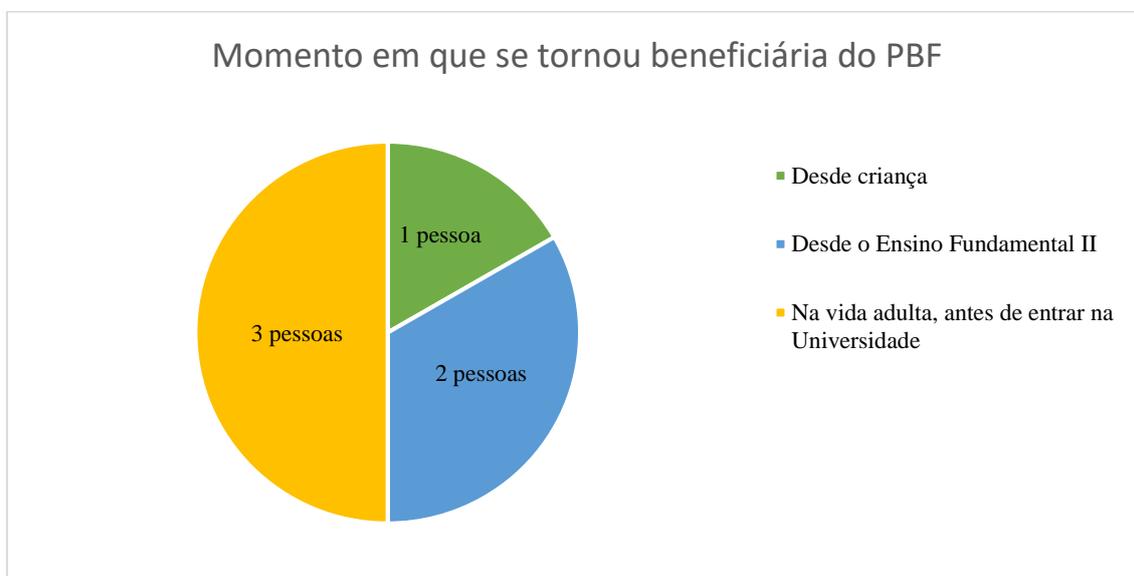
O roteiro (apêndice B) preparado para as entrevistas foi elaborado com a intenção

de compreender desde o início da inserção das participantes no PBF, o percurso escolar na Educação Básica. A relação entre o benefício do PBF com o cotidiano escolar, a trajetória no Ensino Médio e o apoio da família para o prolongamento dos estudos. Foi investigada a intencionalidade de ingresso na Universidade, a escolha pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, as dificuldades enfrentadas para acompanhar as aulas, e o lugar do PBF para a permanência no Ensino Superior.

### 3.1 As participantes da pesquisa e suas histórias com o PBF

Foram feitas entrevistas com seis estudantes de pedagogia matriculadas em Universidades Federal que serão chamadas de Daniele, Hemily, Joana, Lara, Marta e Paola. As 6 entrevistadas são beneficiárias do PBF, de forma que o primeiro questionamento foi justamente para descobrir em que momento da trajetória escolar as participantes da pesquisa se tornaram beneficiárias. As respostas estão expostas no gráfico 1:

**Gráfico 3** – Momento em que se tornou beneficiária do PBF



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Pelos dados verifica-se que três das entrevistadas tornaram-se beneficiárias do PBF na vida adulta. Daniele, Hemily revelam que já era beneficiária do PBF antes de entrar na Universidade e, por causa do PBF conseguiram o auxílio na Universidade. Já Marta afirma que se tornou beneficiária após o nascimento de seu filho, antes de entrar

para a Universidade.

A segunda pergunta foi relacionada a preocupação dos familiares para que a entrevistada prolongasse seus estudos. Daniele revelou que a preocupação de seus familiares seria em concluir a graduação, pelos custos de transporte e materiais. Joana também afirmou que a preocupação dos pais era mantê-la estudando e, nesse sentido, o PBF foi essencial para que pudesse se formar na educação básica e entrar na Universidade.

Marta afirmou que a preocupação com os estudos no rol familiar foi grande, pois ela ficou um tempo sem estudar, terminando o Ensino Médio com mais de 20 anos de idade. Nesse período prestou o ENEM e conseguiu uma vaga na Universidade Federal. Paola e Hemily foram as únicas que afirmaram que a família não se preocupou com os seus estudos.

Arroyo (2014) afirma que a partir da inserção das classes populares na educação, a exemplo os mais de 17 milhões de estudantes beneficiários do PBF é necessário que ocorram questionamentos que discorrem sobre a perspectiva das políticas educacionais diante das crianças, jovens e adolescentes em sua realidade da pobreza:

Quando reconhecemos que a pobreza existe, que os pobres chegam às salas de aula - entre eles, estão 17 milhões de crianças e adolescentes participantes do Programa Bolsa Família, os quais frequentam cotidianamente a escola (Censo Escolar, 2013) - algumas perguntas se impõem: Como vemos a pobreza? Como enxergamos e pensamos esses milhões de crianças e adolescentes estudantes pobres? Como esses sujeitos são pensados pela sociedade, pela mídia e pelas políticas socioeducativas? (ARROYO, 2014, p.7).

Esse panorama impõe novos desafios para a educação, a partir do reconhecimento das classes populares inseridas na educação básica e no Ensino Superior. O planejamento pedagógico e as políticas públicas devem ser alicerçadas na inserção social e desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando as particularidades e vulnerabilidades que são apresentadas em sala de aula:

[...] os(as) pobres são vistos(as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados(as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da

falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos (ARROYO, 2014, p.9).

A vulnerabilidade está atrelada à situação em que há marginalização de pessoas por exclusão social ou econômica. Pela exclusão que se vivência a vulnerabilidade social, o ser humano vê-se em situação de negação de acesso aos seus direitos humanos, sofrendo privações, desigualdades e invisibilidade que lhe impossibilita de exercer sua cidadania e se desenvolver plenamente.

Para Mendes, Ronzani e Paiva (2019) a vulnerabilidade social está ligada diretamente aos riscos que os indivíduos correm diante de situações adversas. Para tanto, é necessário avaliar as condições que se inserem os indivíduos, junto as redes públicas de serviços disponíveis. Para medir a vulnerabilidade de certo grupo se faz primordial avaliar o acesso das pessoas aos serviços básicos que garantem a sobrevivência de forma digna.

As famílias pobres encontram-se em maior situação de vulnerabilidade social dada a miséria estrutural que lança as pessoas em condições de subemprego e desemprego. As crianças e adolescentes que estão excluídas dos processos escolares, em situação de trabalho precoce, morando em favelas e vivendo em situações de risco apresenta a família desassistida ou sem acesso às políticas públicas. A criança excluída é a contrapartida do adulto excluído (GOMES; PEREIRA, 2005).

Nesse sentido, a situação de exclusão das famílias impacta em condições desfavoráveis de desenvolvimento e escolaridade das crianças, perpetuando o ciclo da pobreza. A situação atual de muitas crianças e adolescentes pode ser compreendida a partir do entendimento das questões que levam à vulnerabilidade social. Sem conhecer sua condição cidadã, muitas crianças estão imersas em um ciclo de pobreza e precarização que comprometem, dentre outras áreas da experiência social humana, a conclusão do ensino básico (GOMES; PEREIRA, 2005).

Os processos de exclusão sociocultural fazem com que as famílias em situações vulneráveis dependam de assistências sociais, as tornando uma proteção primária insubstituível. Tal fragilidade expressa o termo da vulnerabilidade, cuja etiologia corresponde aos vocábulos latim *vulnerare* (ferir) e *billis* (suscetível) (ROCHA, 2015).

A pobreza está ligada a diferentes significados, sendo fator excludente das mais variadas instâncias sociais. De certo é um problema que por sua complexidade pode impactar em barreiras que limitam o desenvolvimento do sujeito, tanto a nível sociológico, quanto a nível biológico. A sociedade contemporânea carrega marcas da

pobreza, da fome, da miséria e do desemprego gerando a vulnerabilidade, impactando em desigualdades que aumentam a pobreza (ARROYO, 2014).

As populações vulneráveis estão suscetíveis a pobreza, o que as coloca em risco de exclusão cultural, de precarização do trabalho e privações de direitos a saúde, à educação, a proteção, a participação e a moradia:

Para compreender com profundidade o fenômeno da pobreza e da desigualdade social, é preciso dar importância, nos cursos de formação inicial e continuada, à discussão sobre os processos históricos de transformação dos sujeitos “diferentes” – vistos do ponto de vista dos dominadores – em sujeitos inferiores, pobres, desprovidos de terra, teto, poder, renda, trabalho e escola. Da análise desse contexto, é possível chegar à constatação de que políticas e programas de combate à pobreza não surtirão grandes efeitos caso se limitem à distribuição de renda, de alimentação e até de escolarização, porque a conformação dos grupos diferentes em desiguais se dá em contínua relação política. Nesse sentido, é necessário que essas iniciativas sejam acompanhadas de políticas eficientes de combate às desigualdades e de reconhecimento positivo das diversidades sócio-étnico-raciais e de gênero (ARROYO, 2014, p.18-19).

As políticas sociais são as medidas que constroem caminho para o acesso e participação à vida social e econômica. Nesse sentido, a escola pública é reconhecida por seus nexos com as políticas sociais, pois carrega além de sua função educadora, a sua função social (ALGEBAILLE, 2017).

### **3.2 Questões introdutórias**

Como demonstramos no primeiro capítulo da Dissertação, o PBF instituiu uma relação entre políticas sociais e o sistema de ensino ao fixar a condicionalidade da frequência escolar para os filhos de famílias beneficiárias. E para conhecer a percepção das participantes da pesquisa a respeito desta condicionalidade, perguntamos se a imposição da frequência escolar causou algum constrangimento para familiares ou para as entrevistadas. Todas afirmaram que não existiram constrangimentos pela obrigação de frequência escolar. Elas também associaram a condicionalidade com a ideia de responsabilidade:

Bom eu não digo constrangimento né, mas digo responsabilidade pois tínhamos que manter os dias certinho na escola, não podia ficar faltando muito, o meu pai também no caso ia na escola para conversar com a diretora, e a diretora conversa com ele para ver como estava minha nota,

meu comportamento na escola, então não era uma coisa vergonhosa, mas tínhamos uma coisa a seguir (JOANA).

A percepção da condicionalidade da frequência escolar como uma responsabilidade assumida pelas famílias beneficiárias nos permite inferir que os sujeitos atendidos pelo PBF elaboram interpretações sobre as intencionalidades do programa. E, no nosso entendimento, estas interpretações excedem a lógica de atender uma exigência para receber em troca um benefício. O processo é mais complexo e permite que os sujeitos se posicionem diante da possibilidade de prolongar os estudos ou abandonar a escola.

Se realmente queremos combater a evasão escolar e melhorar a escolarização e as condições de saúde dessas famílias, é preciso resolver os problemas que fazem que elas não levem seus filhos à escola ou não busquem os serviços de saúde. (BRASIL, 2009)

Logo, assim que identificado os sinais de vulnerabilidade social, que influem ao acesso aos serviços básicos, as políticas sociais devem ser solicitadas, podendo contribuir para superação de desproteções sociais. É necessário olhar para o cumprimento das condicionalidades não como responsabilidades das famílias beneficiadas, mas sim, como do Estado no acesso aos serviços básicos, como um programa que procura contribuir para que a os direitos sociais se materialize.

Em situações de pobreza ou pobreza extrema, a educação tende a não ser prioridade familiar. Nestas situações, o envolvimento das crianças e/ou adolescentes em atividades laborais se torna necessário para atender as necessidades básicas do grupo familiar. Neste sentido, desde a sua implantação, o PBF tem sido marcado pela intenção de reduzir os efeitos da pobreza, oferecendo aos sujeitos atendidos, a possibilidade de prolongamento nos estudos. Dentro desta perspectiva, questionamos as entrevistadas sobre a participação da família na decisão pelo ingresso no Ensino Superior. Todas as entrevistadas responderam que o ingresso no Ensino Superior foi uma iniciativa pessoal, aceita e apoiada pelas suas famílias.

Consideramos pertinente registrar que para sujeitos adultos as relações familiares geralmente excedem o núcleo familiar original (progenitores e irmãos) e envolvem cônjuges e/ou filhos. Logo, o “apoio familiar” implica num tipo de compromisso por meio do qual a família procura ajudar (de forma simbólica, afetiva ou mesmo financeira) na ampliação dos estudos de um dos seus membros.

O apoio da família – aqui entendida na sua acepção mais ampla – é um aspecto

importante para prolongar os estudos de sujeitos procedentes de classes populares. E a Sociologia da Educação produziu diversos estudos que comprovam a importância deste apoio. No entanto, a relação que um sujeito adulto estabelece com a família é diferente da relação que uma criança ou adolescente estabelece. No mundo dos adultos, e mais especificamente, no mundo dos adultos em situação de pobreza, o prolongamento dos estudos muitas vezes depende de negociações entre os membros da família.

As situações de pobreza podem gerar inúmeros desafios para que o indivíduo permaneça na escola e, depois, na Universidade, como as dificuldades econômicas para se locomover, adquirir materiais de estudos e para a própria ação de estudar, visto que muitas vezes o sujeito é obrigado a se dedicar integralmente às atividades laborais que garantem o seu sustento e de sua família. Dificuldades sociais como preconceitos e problemas para acompanhar o aprendizado em sala de aula, também são entraves para a permanência escolar das classes populares. Na seção seguinte é demonstrada a relação entre o preconceito e a pobreza e seus impactos na vida escolar do estudante beneficiário de programas sociais.

### **3.3 Pobreza e preconceito: uma relação complexa**

Na intenção de saber se os participantes da pesquisa vivenciaram situações de preconceito por sua condição socioeconômica, perguntamos se elas perceberam algum tipo de preconceito. Das seis entrevistadas, cinco afirmaram que não sofreram preconceitos. A exceção na resposta partiu da entrevistada Daniele que afirmou existir preconceito em relação aos alunos beneficiados por programas sociais.

Como eu posso explicar, assim pelos professores em si não, mas as pessoas, de certa forma tem um olhar meio que diferente, tipo eu falo em questão de colegas, e tipo ah essa daí recebe tal programa, tal auxílio, tipo tá precisada, tá estudando só para ganhar, quando na verdade não é só isso, é mais um incentivo para continuar (DUANNY).

A resposta de Daniele, apesar de ser uma exceção, não deve ser desconsiderada. De fato, uma parte da sociedade brasileira possui uma opinião depreciativa sobre os programas de assistência social e sobre os sujeitos beneficiados pelos respectivos programas. Convém lembrarmos que na gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que a universidade deveria ser “para

poucos”, e os “poucos”, no entendimento de Ribeiro, seriam os que possuem condição para estudar em tempo integral<sup>18</sup>. Refutamos a opinião de Ribeiro e nos posicionamos a favor de políticas públicas que ampliem o acesso e a permanência dos pobres ao Ensino Superior – posição que, felizmente, é compartilhada pela maioria dos educadores.

### 3.4 As trajetórias das entrevistadas na Educação Básica

O depoimento das entrevistadas quanto a sua transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio realizados por Daniele e Marta revelam que o ingresso ao Ensino Médio foi marcado por limitações decorrentes da situação socioeconômica. No geral, as entrevistadas revelaram que não tiveram dificuldades na transição do Ensino Fundamental para o Médio, porém, no decorrer do curso no Ensino Médio, todas enfrentaram desafios para alcançar a conclusão do curso. Marta revela um cenário que é vivenciado por diversas pessoas que frequentam a Educação de Jovens e adultos (EJA)

Para mim foi meio conturbado, porque no início quando eu comecei o Ensino Médio eu tive que parar ele, porque foi na época que eu tinha me casado e tive minha primeira filha e eu voltei novamente para o Ensino Médio eu já estava com vinte e seis anos, para mim foi difícil adaptar com a escola novamente e foi meio conturbado nesse sentido, em adaptação só.

Os sujeitos que frequentam a EJA representam a realidade de um amplo contingente da população brasileira. Estes sujeitos não tiveram seus direitos constitucionais referentes à educação, plenamente atendidos, pois foram de alguma forma prejudicados no ingresso e permanência na Educação Básica regular (TOMAROZZI, 2018). Um fato notável dos sujeitos do EJA é a variedade de experiências que estes já obtiveram com a escola.

A EJA é socialmente conhecida como a educação para os marginalizados, para os excluídos e como um programa de assistencialismo para as pessoas carentes. O estudante

---

<sup>18</sup> [...] Então, o futuro são os institutos federais, como é na Alemanha hoje. Na Alemanha, são poucos os que fazem universidade. A universidade, na verdade, deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade...[...] pelo menos nas federais, 50% das vagas são direcionadas para cotas. Mas os outros 50% são de alunos preparados, que não trabalham durante o dia e podem fazer cursinho. Considero justo, porque são os pais dos 'filhinhos de papai' que pagam impostos e sustentam a universidade pública. Não podem ser penalizados (MILTON RIBEIRO, 2021 – G1, 2021). Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>.

da EJA enxerga na conclusão dos estudos uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Seu direito ao acesso e permanência à educação de qualidade deve ser assegurado para que o sujeito possa ser incluído nos processos sociais que podem lhe levar às oportunidades de melhora em sua situação socioeconômica (SILVA, 2017).

As políticas públicas estão diretamente interligadas com as Políticas Sociais, que possuem como compromisso atender todas as necessidades da população por meio da criação e distribuição de benefícios e programas sociais. Nessa linha de realização, entram as Políticas Educacionais, visto que a educação é um direito básico que deve ser garantido a todo/a e qualquer cidadã e cidadão (TOMAROZZI, 2018).

É importante salientar que a Política Educacional deve ser formulada mediante as necessidades do povo e respeitando sempre as singularidades, porém, tais ações nem sempre são usadas como elemento norteador, devido ao fato de a política, como um todo, ser sempre moldada por meio dos interesses pessoais de quem a faz.

A trajetória de Lara pelo Ensino Médio revela como é importante os benefícios concedidos pelas políticas sociais, pois, sem o benefício do PBF, a entrevistada afirma que talvez não conseguisse concluir o Ensino Médio, o que a impossibilitaria de hoje cursar a universidade.

Por sua localidade, não havia escolas do ensino médio, então Lara prestou uma prova para entrar no Serviço Social da Indústria (SESI), com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Conseguiu uma vaga para o Ensino Médio Técnico do ofertado pelo Sesi, porém, a escola era longe de sua casa, impondo encargos financeiros para que pudesse cursar a última etapa da educação básica:

Contribuiu, pois a escola era muito perto da minha casa, não tinha preocupação para eu ir, já o Sesi eu tinha que ir de ônibus todos os dias, e as vezes deixava de ir porque não tinha o dinheiro para o passe, principalmente final do mês, então com o Bolsa Família ajudou muito para eu conseguir dinheiro para ir todos os dias a escola (LARA).

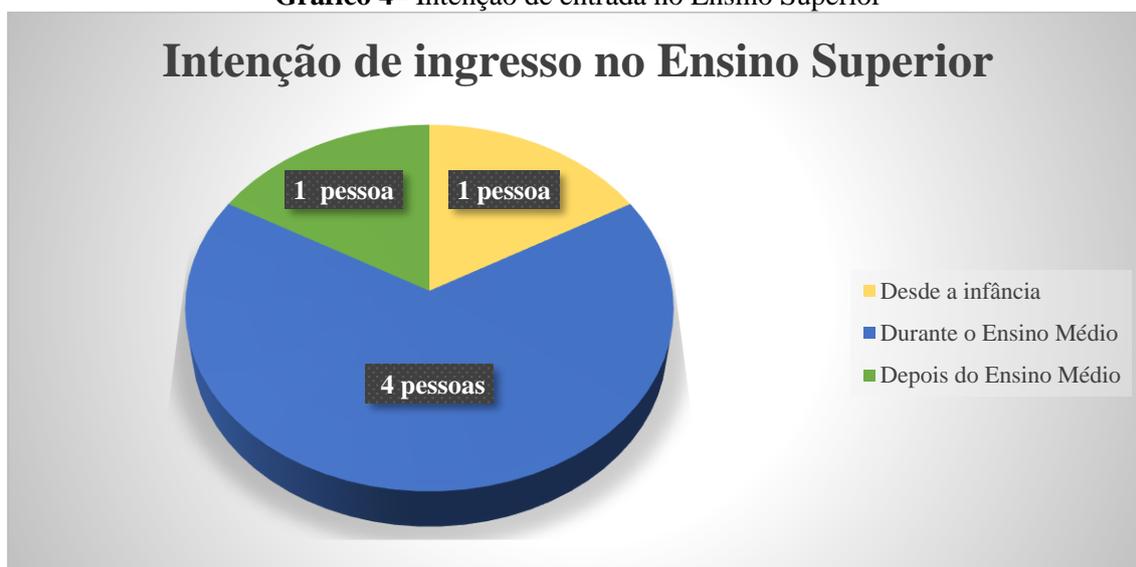
A história contada pelas entrevistadas quanto ao PBF é marcada por rupturas e continuidades, pois, apesar de todas reconhecerem que o benefício contribuiu para a conclusão do Ensino Básico e para o ingresso na Universidade, elas afirmam que nem sempre receberam o auxílio. No caso de Hemily, o auxílio somente existiu na vida adulta, pois somente passou a fazer parte do grupo de beneficiários a partir do nascimento de sua filha. Tal fato impactou em maior necessidade de rendimentos, o que a fez buscar o

auxílio social do PBF para assegurar o sustento pessoal e o sustento da filha.

### 3.4.1 Ingressar no Ensino Superior ou Não: uma escolha importante

Questionamos as entrevistadas sobre quando escolheram ingressar no Ensino Superior. A resposta está representada no Gráfico 2.

**Gráfico 4**– Intenção de entrada no Ensino Superior



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A maioria das entrevistas fez a escolha durante o Ensino Médio. Porém, Daniele afirma que tinha o “sonho” de cursar a Universidade desde a infância.

[...] foi antes muito antes, desde que eu entrei na educação infantil eu já tinha na minha cabeça que um dia eu iria cursar o Ensino Superior e eu sempre me dediquei para isso, porque eu nunca fiquei naquela mesmice de vou só concluir o médio, mesmo que eu soubesse que haveria dificuldades eu optei pelo caminho de estudar para poder ingressar no Ensino Superior e eu consegui (Daniele).

As palavras de Daniele, ao mesmo tempo que representam uma interessante exceção no conjunto das 6 entrevistadas, registram a influência da ideologia da meritocracia, sobretudo quando ela afirma “eu sempre me dediquei para isso”. Não desconsideramos a importância da dedicação da entrevistada aos estudos. No entanto, seria incorreto pensar que o avanço na escolarização depende exclusivamente de esforço individual. Os condicionamentos socioeconômicos existem, e, por não serem homogêneos, na sua intensidade e temporalidade, eles impactam de forma diferente nos sujeitos. No caso do Brasil, por exemplo, demonstramos no Capítulo 1 da Dissertação

que o PBF impactou de forma diferenciada nos indicadores escolares de beneficiários do gênero masculino e feminino, tendo sido mais efetivo nos primeiros anos da Educação Básica e apresentando diferenças entre residentes nas zonas urbanas e nas zonas rurais.

Considerando que o PBF impactou de forma mais expressiva na escolarização das meninas pobres, podemos cogitar a hipótese de que o segmento feminino tenha encontrado neste programa um estímulo para ingressar no Ensino Superior. Mas esta hipótese precisa ser submetida a prova por novas pesquisas.

Retornando ao nosso grupo de entrevistadas, encontramos na resposta de Marta, uma estudante que escolheu ingressar no Ensino Superior depois de concluir o Ensino Médio. No nosso entendimento, este tipo de escolha é consequência de adversidades enfrentadas por muitos estudantes procedentes de classes populares. Para estes, prolongar os estudos é uma possibilidade que só pode se efetivar quando for compatível com os recursos financeiros e com responsabilidades familiares, como cuidar de irmãos mais novos ou realizar as tarefas domésticas, por exemplo.

### **3.4.2 Entrada no Ensino Superior e a escolha pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Ao serem questionadas sobre as motivações quanto a escolha do curso pode-se contemplar um diversificado panorama argumentativo envolvendo desde a oportunidade de cursar a Universidade, até motivos familiares, pessoais e profissionais. Para Marta, a preocupação com a educação de sua filha a motivou para o ingresso no curso:

É porque eu vejo assim, é uma área que está em crescimento a Pedagogia está sempre em andamento, a gente como diz outro a, tem que procurar nos aperfeiçoar como ser humano, e como agora eu tenho uma criança eu vejo que o mundo está bem mudado, o ensino está diferente, eu quero proporcionar para ela um melhor ensino e vejo que isso tem que partir de mim como mãe dela e ocasionalmente para outras crianças, para contribuir com a educação, não só com minha filha como de outras pessoas (MARTA).

Com o argumento de Marta nota-se a mescla de um cálculo de empregabilidade com um sentimento materno (uma vontade de ser um exemplo e um incentivo para a filha). O primeiro elemento da mescla nos remete ao antigo discurso sobre a importância da Educação para o acesso ao emprego. Este discurso, apesar de antigo, exerce um forte impacto no comportamento da sociedade. Sob certo aspecto, ele é eficiente e pragmático:

ao inculcar no sujeito uma preocupação com o acesso ao emprego, ele estimula o desenvolvimento de habilidades necessárias para o desenvolvimento de atividades econômicas. Contudo, o mesmo discurso, quando supervalorizado e aceito de forma acrítica, tende a reduzir o papel da Educação à formação para o mercado de trabalho – reduzindo, ou mesmo negando, outras variáveis do processo educativo.

Compartilhamos da crença no potencial transformador da Educação. Entretanto, discordamos de concepções demasiadamente economicistas que consideram a educação funciona como um motor, movido pelo capital humano. A Educação, certamente oferece contribuições importantes para a transformação da sociedade, mas por si só, ela não altera as relações de poder e não desfaz as circunstâncias que produzem as desigualdades (FRIGOTTO, 2009).

Dentro da perspectiva supramencionada, a escolha por um determinado curso no Ensino Superior não se explica somente pela lógica econômica. Isto fica evidente nas respostas de Joana, Daniele e Paola: ambas as entrevistadas escolheram o curso de Pedagogia inspiradas por experiências de ensino/aprendizagem vivenciadas na Educação Básica.

Bom, eu escolhi esse curso primeiramente porque é uma área que eu sempre me identifiquei e me interessei por essa questão de dar aula. É algo que eu sempre admirei e também por uma experiência assim própria, porque quando criança eu me lembro que eu tinha muitas dificuldades de ler, de enturmar e eu tive uma professora no ensino fundamental e pré, que ela foi muito boa para mim, me ajudou bastante e me incentivou, e sempre quando eu me lembrava dela e do quanto ela me ajudou a partir desde momento me fez surgir o desejo de ser também professora (JOANA).

A resposta de Joana destaca a importância das memórias da escolarização na escolha pelo curso de Pedagogia. A entrevistada expressou admiração pela docência e reconheceu que recebeu ajuda de professores para superar suas dificuldades. Trata-se então de uma escolha movida por memórias afetivas. A admiração por professores da Educação Básica também foi registrada nas palavras de Daniele.

[...] a vida inteira eu admirei muitos meus professores e de certa forma senti vontade de estar nos lugares deles para fazer o trabalho bom que eles faziam, [...] e também por conhecer pessoas na área e ter pessoas da área na minha vida, eu quis tentar também, aí eu me inscrevi e consegui (DANIELE).

As palavras de Daniele são oportunas para lembrarmos que nas famílias de baixa renda, cursar o Ensino Superior não é a regra: é a exceção. E, conseqüentemente, o contato com familiares que possuem um curso de Graduação concluído é muito raro, ou mesmo inexistente. Para muitos brasileiros, e sobretudo para os mais pobres, o professor da Educação Básica é o principal contato com o mundo acadêmico e com a ideia de uma formação profissional no âmbito do Ensino Superior.

A entrevistada Lara não fez referência aos professores da Educação Básica, mas apontou uma relação entre a sua afinidade com crianças e a escolha pela Pedagogia. A mesma entrevistada, relatou que os cursos existentes no CPAN limitaram suas opções de escolha. Segundo Lara, a Pedagogia “era uma das possibilidades para mim, porque aqui tem muito licenciatura, e os outros cursos não eram o que me interessava. Eu pensava em fazer Odontologia na verdade, mas não tem aqui.”

O curso de Odontologia não é ofertado pela CPAN. Mas em determinados situações, como foi o caso relatado por Paola, a oferta do curso que seria o preferido nem sempre é o fator determinante e nos relatou que:

Para falar a verdade eu tinha escolhido na verdade Literatura, por conta de uma professora do Ensino Médio, aí acabei que fiz durante um semestre e vi que não era o que eu queria, aí então tinha uma pessoa que morava perto de casa que fazia Pedagogia, e foi ele quem me incentivou a fazer o curso (PAOLA).

Já no caso de Hemily, sua fala demonstra as dificuldades encontradas para a permanência no Ensino Superior diante das responsabilidades com a família, pois, em primeiro momento a estudante tinha sido aprovada no curso de sua preferência (Educação Física); porém, não pode concluir o curso por causa dos cuidados dedicados à sua filha. Depois de algum tempo, tentou o ingresso novamente e a sua pontuação não atingiu o requisito para Educação Física. Com a nota obtida, a entrevistada se contentou com o curso de Pedagogia, e, com criatividade no uso das palavras, sintetizou sua experiência: “na verdade não escolhi, mas fui escolhida para fazer o curso” (HEMILY).

### **3.4.3 E depois do ingresso?**

Na intenção de pensar como os discentes procedentes de famílias pobres se adaptam ao Ensino Superior, questionamos as entrevistadas sobre quais as dificuldades

que encontraram no novo ambiente de estudo. Questionamos também se existem entraves para acompanhar os conteúdos do Curso de Pedagogia e se entendem que a formação recebida na Educação Básica foi suficiente para atender o grau de exigência da Universidade. As respostas, apesar de distintas, oferecem elementos interessantes para a reflexão que estamos desenvolvendo.

Patrícia mencionou dificuldades decorrentes do acesso à Universidade e destacou o tempo usado no transporte público como uma adversidade. Por residir distante do CPAN, a entrevistada dependia de dois ônibus para o trajeto de ida e dois para o trajeto de volta.

Marta, por sua vez, destacou dificuldades relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem. A entrevistada relatou: “Eu enfrentei bastante dificuldades, porque os conteúdos que a gente vê em uma faculdade é totalmente diferente do Ensino Fundamental e Médio, muito longe da realidade das escolas públicas”

Para Daniele, o ensino universitário também se mostrou diferente e mais desafiador do que a educação básica:

É um meio termo, foi complicado porque eu aprendi coisas novas na faculdade que eu nunca tinha aprendido na escola e outras eu já tinha uma experiência, tipo aí essa questão cultural eu já tinha estudado na escola, mas outros assuntos mais profundos senti dificuldades e cursei na faculdade somente e tive que aprender (DANIELE).

As dificuldades em acompanhar os conteúdos ensinados na educação superior permeia a realidade de muitos jovens procedentes de famílias pobres (o que inclui os beneficiários do PBF e aqueles classificados como pobres que não receberam o benefício). Entretanto, a qualidade da escola frequentada pelos jovens no ensino básico pode ou não apresentar maiores dificuldades. Quanto não consegue acompanhar as explicações e atividades relacionadas ao seu curso, o jovem tende a evadir, rompendo com a formação universitária (PARENTE, 2014).

Para Lara as dificuldades puderam ser superadas a partir da disponibilidade docente em compreender as barreiras que estavam comprometendo o desempenho dos estudantes: “[...] ela dava uma aula teórica sobre como a gente escrever e a outra ela deixava vaga só que no WhatsApp ela mandando de aluno por aluno, falando sobre nossos erros de como escrever melhor, então me auxiliou” (LARA).

A prática docente sofre interferência do meio e dos sujeitos envolvidos no processo educativo, tornando-se mais complexa do que a apresentação da teoria, pois não

ocorre sem intencionalidade:

O professor constrói sua profissionalidade docente em suas ações pensadas e escolhidas para a prática educativa que quer realizar com seus alunos e essa ação não ocorre sem ter as influências do contexto cultural em que vivem os demais agentes envolvidos com sua ação. Por isto é uma prática social. Dessa maneira, a educação é entendida não como algo dado, que é incorporado pelos sujeitos que a realizam, mas como algo de que se apropria, se constrói, se faz e refaz para atender a fins específicos, só assim pode ser entendida, pois é algo pertencente ao gênero humano (FRANCO, 2009, p. 61).

Nota-se, então, que a educação como processo socialmente construído pelo gênero humano, requer um olhar atento a todas as dimensões que inferem na subjetividade, isto é, os processos individuais, sociais, afetivos e cognitivos.

Para a formação docente é pensado o desenvolvimento profissional e pessoal do professor, porém, por vezes, o profissional da educação é modelado para atuar tecnicamente na reprodução de práticas alienantes sem compreender as bases ideológicas as quais o dirige. Nesse ponto, Franco (2009) atenta que as práticas que são ideológicas podem se apresentar como desenvolvedoras de reflexão docente, porém, por meio desse discurso lhe impõem maior sobrecarga pelo resultado do trabalho desenvolvido em sala de aula:

O conceito de sentido é fundamental à educação escolar, visto que amplia a compreensão dos processos de aprendizagem e introduz elementos fundamentais para a compreensão do estudante não apenas como sujeito que aprende, mas também como sujeito que pensa, age, sente e escolhe a partir dos sentidos que atribui aos conhecimentos (ASBARH, 2014, p. 271).

Asbahr (2014) enfatiza que a subjetividade não se manifesta apenas a nível individual, mas, também, sendo construída no meio social, portanto é necessário considerar os contextos históricos, sociais, culturais e econômicos para compreender a construção docente. É por meio da compreensão do sentido da subjetividade pela perspectiva sócio-histórica que se estabelece o diálogo entre os sujeitos envolvidos na construção da identidade profissional e pessoal:

Temos de substituir a visão mecanicista de ver a cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam, para passar a vê-los como fenômenos que, sem serem idênticos, se integram como momentos qualitativos da ecologia humana em uma relação de recursividade. (GONZALEZ REY, 2003, p. 78).

É na interação humana pela práxis e sociabilidade que se constrói a imagem do

professor e a produção de sua individualidade. Na prática do professorado há ações e intencionalidades sociais a partir da relação sujeito-sujeito em direcionamento a formação humana. É a partir do ato de ensino-aprendizagem a partir de uma reprodução histórica do ser-social que o sujeito pode ser inserido na sociedade (ARROYO, 2014).

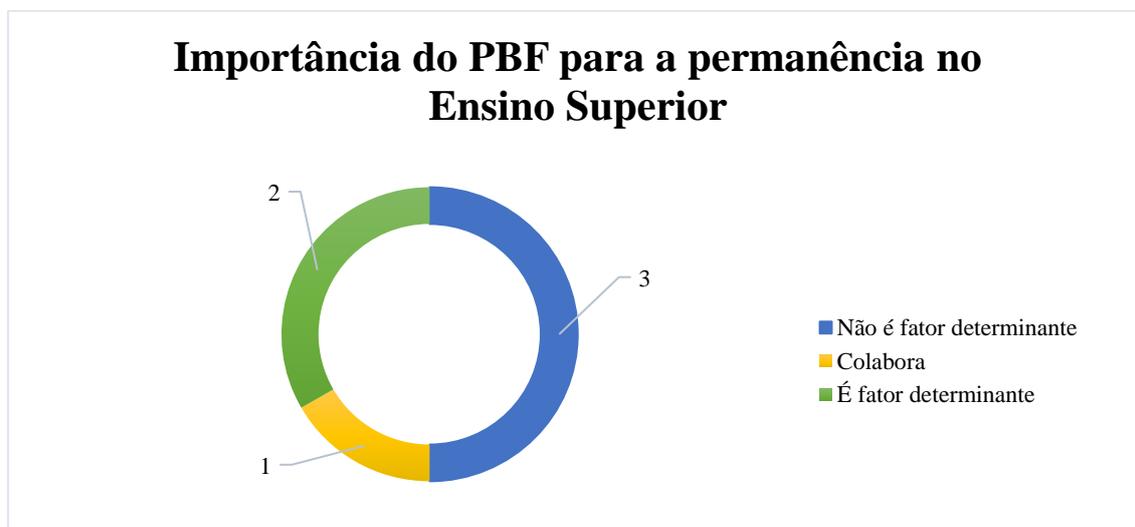
Hooks (2013) aponta que aos docentes cabe a missão de participar da vida espiritual e intelectual de seus alunos, compreendendo e acreditando que todos são capazes de aprender, de forma que possa corresponder às necessidades únicas que cada aluno apresenta diante de suas particularidades e características singulares.

Paulo Freire (1997) afirma que o professor deve sempre nutrir a esperança de transformar seus alunos e a realidade social em que estão inseridos, porém, o autor ressalta: “o educador libertador nunca pode manipular os alunos e tampouco abandoná-los à própria sorte” (FREIRE, 1997, p. 104).

### 3.5 Contribuições e percepções sobre o PBF

Nessa seção do capítulo vamos abordar as contribuições que o PBF proporcionou as participantes da pesquisa para que pudessem ingressar e permanecer no Ensino Superior, bem como, as suas impressões sobre a importância do benefício pensamento na coletividade social diante do quadro das intensas desigualdades. Foi questionado se as estudantes consideravam o PBF um fator determinante para sua permanência na Universidade (Gráfico 3).

**Gráfico 5** – Contribuições do PBF para a permanência no Ensino Superior



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Para Daniele e Marta, o benefício recebido pelo PBF foi determinante para a permanência no ensino superior, tanto por permitir que houvesse disponibilidade de estudar em período integral quanto por dar motivação para que a estudante pudesse receber o valor pago pelo benefício:

Eu não sei se o auxílio da faculdade é ligado ao programa bolsa família, não sei, mas o fato de eu receber o bolsa permanência me dava um motivo a mais para continuar, eu estava estudando e para mim aquilo era como se fosse um mérito, e tipo eu estou estudando e serei recompensada por isso também. Embora não é uma questão de mérito, mas um direito de todos, mas era uma coisa que eu falava assim, eu preciso desse dinheiro e não posso desistir (DANIELE).

Pela fala da estudante é notada a imposição de uma condicionalidade de obrigação nos estudos mediante ao recebimento do benefício tanto do PBF quanto do bolsa permanência da Universidade. Dessa forma, é conferida a motivação e o sentimento de “eu preciso desse dinheiro e não posso desistir”. Marta demonstra uma realidade próxima, porém, com a motivação de que o valor recebido pelos programas sociais auxilia para a renda familiar, para o sustento de sua filha, permitindo que ela não precise trabalhar na rua e possa se dedicar aos estudos:

Na realidade ele contribuiu porque como eu estou fazendo Pedagogia e é um curso integral à tarde e à noite, eu teria que trabalhar fora para ajudar na renda familiar, e de certa forma o bolsa família ajuda na renda da minha filha, porque no caso não é muita coisa, mas já ajuda a contribuir com a alimentação dela, um vestiário, porque senão eu teria que abrir a mão do curso para estar trabalhando fora de casa entendeu (MARTA).

Os benefícios conferidos pelos programas sociais impactam no complemento, ou na renda total da estudante, de forma que a desobriga de trabalhar em serviços fora de casa, podendo dedicar seu tempo integral aos estudos. Quanto a percepção da importância do PBF para a sociedade todas as entrevistadas foram unânimes em afirmar que os resultados são positivos. Como no depoimento de Paola:

É de suma importância porque no meu caso eu não precisei trabalhar, não precisei ter que ajudar minha família, minha mãe mesmo sendo de idade, tendo as dificuldades dela, ela conseguiu manter nossa família, só que nem em todas as casas isso acontece, então o incentivo, muitos reclamam falam que é pouco, mas se não tivesse isso, creio que muitos jovens não estariam na escola, tanto é que a evasão escolar se dá por conta disso, deles não conseguirem se manter, que eles terem que

trabalhar, de ter que deixar a escola, então graças a Deus na minha família não tive esse problema.

O fato de o jovem não precisar trabalhar ajuda para que não se preocupe com a responsabilidade financeira, podendo se dedicar aos estudos. A evasão, tanto na educação básica quanto no ensino superior revela um cenário de fragilidades em que a marginalização e a exclusão seguem existindo pela relegação dos direitos fundamentais (ARROYO, 2014). Para Joana, a ligação do PBF com a frequência escolar é importante para que o estudante seja mantido na escola:

Bom eu acho que é uma assistência que auxilia muito nessa questão, principalmente quando os pais não têm boas condições, não tem tanta oportunidade de trabalho. Então é algo que sem dúvida ajuda bastante. E também eu acho que interessante é sobre essa questão de que para você receber o bolsa família tem todo um acompanhamento, o aluno precisa estar na escola, não pode ter tanta falta, então é algo que de certa forma ajuda bastante até o aluno a se manter na escola mesmo (JOANA).

Com base na interpretação de Joana, podemos inferir que o PBF resultaria em dois tipos de benefícios: um financeiro, que pode ser compartilhado entre os demais membros da unidade familiar, e um que impacta diretamente no estudante e que foi interpretado como uma “ajuda” para a continuidade dos estudos.

O “acompanhamento” da obrigatoriedade da frequência escolar tende a ser considerado como uma prática de resultados positivos pelas famílias de beneficiários do PBF. Contudo, a posição de Daniele, a respeito do assunto, aponta para o caráter compulsório desta prática:

Eu acho que é de suma importância porque [...] as pessoas as vezes vão continuar indo à escola, à faculdade, por conta dele. É um meio de manter a pessoa ali, porque se for pelo interesse muitas pessoas vão desistir. E o fato de estar sendo ali um benefício, é um meio de prender a pessoa ali. Mesmo que é ruim porque é muito melhor quando você está preso pelo seu interesse e por gostar daquilo, mas é uma coisa que considero boa (DANIELE).

As palavras de Daniele, destacadas na citação, indicam uma ambiguidade na interpretação da obrigatoriedade da frequência escolar. A entrevistada reconhece que sem o benefício “muitas pessoas vão desistir” dos estudos, e, ao mesmo tempo, afirma que está não seria a situação ideal. A opinião de Daniele nos permite inferir que ela considera o interesse pelo estudo como algo mais importante do que o interesse pelo benefício.

Na visão de Hemily, o PBF e os demais auxílios oferecidos para os que ingressam na Universidade, garantem que o estudante não somente esteja matriculado, mas tenha

materiais escolares, passagem, roupas e refeição para poder permanecer estudando. É interessante ressaltar que Hemily estabeleceu uma relação entre o benefício e as condições necessárias para uma educação de qualidade. Sua interpretação excede o direito de acesso ao ensino escolar e à Universidade pública, e aponta para a necessidade de assegurar condições mínimas que para os pobres possam permanecer estudando.

Diante das respostas coletadas na pesquisa, constatamos que as entrevistadas reconhecem a importância – e a necessidade do PBF – para o prolongamento dos seus estudos. Contudo, elas também sinalizam para outras questões que impactaram nas suas trajetórias de escolarização. As recordações de adversidades enfrentadas na Educação Básica, o reconhecimento de que o ingresso no Ensino Superior foi uma decisão difícil e a percepção de que o Curso de Licenciatura em Pedagogia oferece “desafios” e novas perspectivas de trabalho, são elementos importantes para a compreensão de como os sujeitos procedentes de famílias pobres interpretam a experiência de transição da Educação Básica para o Ensino Superior. E apesar da diversidade de relatos coletados, constatamos que as entrevistadas reconhecem o papel positivo do PBF no prolongamento dos seus estudos, e, simultaneamente, ressaltam que este prolongamento demandou esforço, persistência e superação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, no objetivo geral desta pesquisa, construir uma narrativa crítica sobre a importância do PBF enquanto política pública que potencializa a ampliação da escolarização dos pobres. Adotamos uma concepção de escolarização ampla e direcionamos nossa atenção para o fenômeno da inserção dos estudantes pobres no Ensino Superior – fenômeno que marcou a sociedade brasileira nas últimas décadas e que ainda está em curso. Nosso intuito foi compreender como os sujeitos entrevistados interpretam o impacto PBF na sua escolarização, e, simultaneamente, almejamos explorar as percepções destes sujeitos sobre as adversidades que os pobres enfrentam para ingressar e permanecer no Ensino Superior.

As leituras e estudos realizados forneceram um embasamento teórico que nos permitiu considerar que a redução da pobreza, quando efetivada, amplia o acesso dos beneficiários aos serviços públicos, reforça a segurança alimentar das famílias em situação de pobreza, reduz o risco de doenças, e, conseqüentemente, eleva o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da sociedade. Além destes efeitos, a bibliografia especializada destaca que a política de transferência de renda condicionada, implantada pelo PBF, também potencializa a ampliação da escolarização dos segmentos mais pobres da sociedade brasileira. Contudo, esta ampliação é mais consistente nos primeiros anos da Educação Básica e perde intensidade no Ensino Médio e no Ensino Superior.

No Brasil, os problemas decorrentes da pobreza e das desigualdades, ainda se configuram como desafios para o poder público e para a sociedade. A superação destes desafios demanda, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a pobreza e as desigualdades – nas suas diferentes formas – são constructos sociais, e, conseqüentemente, não podem ser enfrentados somente com ações individuais. No nosso entendimento, além de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e das desigualdades, necessitamos superar a visão moralista que responsabiliza os pobres pela sua condição econômica, e, com conseqüência, projeta nestes sujeitos, preconceitos e estereótipos. Precisamos desconstruir generalizações e aceitar que pobreza e desigualdades excedem a renda per capita de um sujeito ou de uma família: elas envolvem fatores como (i) o acesso aos serviços públicos de educação, saúde e cultura; (ii) a oferta de saneamento básico; (iii) as condições de moradia; (iv) a localização da residência, em área rural ou urbana; (v) possibilidades de inserção no mercado de trabalho; (vi) o grau de escolarização dos responsáveis pelo sustento da família; e (vii) o tempo de

permanência dos filhos na escola. Neste sentido, concordamos com Vigotski, quando ele afirma que o homem não pode ser estudado fora do seu contexto histórico e cultural porque há uma estreita relação entre o desenvolvimento do sujeito e o seu ambiente.

Para redução dessas desigualdades a continuidade da transferência de renda, via PBF, é importante. Mas também é importante a implementação de políticas públicas que possibilitem a distribuição mais equitativa de serviços e recursos públicos para a população que está à margem da sociedade – uma população composta por milhões de brasileiros que não são atendidos pelo PBF. Igualmente importante, e a oferta de atendimento diferenciado para os segmentos mais vulneráveis dentro do grupo genericamente classificado como pobre.

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, pensar o impacto do PBF somente a partir dos indicadores educacionais de evasão, reprovação ou defasagem idade-série é limitar as possibilidades de interpretação das relações entre escolarização e pobreza. No nosso entendimento, o PBF oferece aos sujeitos beneficiados um estímulo para o prolongamento da escolarização, amplia a possibilidade de inserção destes sujeitos no mercado de trabalho, e, indiretamente, influência no fenômeno da inserção dos pobres no Ensino Superior.

No decorrer da pesquisa, constatamos que as relações entre a escolarização e a pobreza são complexas e envolvem, de um lado, as condições materiais de sustento dos pobres, e, do outro, a existência de práticas de exclusão produzidas e (re) produzidas pelo sistema de ensino que, frequentemente, incorpora de forma acrítica o ideal da meritocracia e desconsidera o peso das desigualdades socioeconômicas no desempenho dos estudantes.

Sendo assim, para que a inserção e a permanência dos pobres no Ensino Superior se efetivem, necessitamos, além de ações afirmativas e de auxílio estudantil, práticas pedagógicas libertárias, comprometidas com o acolhimento e o atendimento dos estudantes socialmente vulneráveis.

Freire (2011) afirma que a educação para a liberdade é aquela que ocorre a partir do diálogo horizontal entre professor e aluno. O docente, conhecendo a realidade de seus alunos, atua na transformação social pela prática da interculturalidade que promove a valorização de saberes e a construção coletiva dos conhecimentos. Na concepção freireana de educação, o aluno está com constante interação com o mundo, e, conseqüentemente, os conhecimentos não podem ser transmitidos sem conexão com realidade dos sujeitos envolvidos.

Freire (2011) afirmou que o modelo de “educação bancária”, fragmentada em padrões e práticas excludentes, deve ser substituído pela valorização da heterogeneidade e pela abertura para o diálogo. Ao defender uma pedagogia libertária, o autor argumentou que as práticas educativas libertárias requerem um olhar para a potencialidade de cada um dentro de suas particularidades. Estas práticas também demandam um posicionamento político crítico do professor diante de atos de segregação e discriminação, e são incompatíveis com o silêncio dos docentes diante das violências, preconceitos e desigualdades sociais.

A pedagogia freireana, no nosso entendimento, oferece importantes elementos para o enfrentamento da educação tecnicista e meritocrática – uma educação que desconsidera as desigualdades sociais e que prioriza os interesses do mercado, em detrimento da equidade e da emancipação dos sujeitos socialmente oprimidos.

Em suma, a presente pesquisa tem como premissa, que as instituições escolares e seus agentes constituintes possam reconhecer os sujeitos pobres no processo de escolarização, levar em consideração que os currículos entendam sua condição de pobreza, no qual não é uma tarefa simples, uma vez que os currículos continuam cultuando um conhecimento conceitual que ignora, os sujeitos sociais, experiências e bagagem cultural.

Por fim salientamos que o silenciamento da Universidade a respeito da pobreza e das desigualdades precisam ser desconstruídos. Acreditamos que a discussão sobre as intencionalidades e os resultados de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza e a promoção da igualdade é necessário e salutar. E, nesse sentido, acreditamos que a presente Dissertação oferece uma modesta contribuição para que a discussão ganhe forma e consistência.

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALGEBAILLE, E. **Os desafios da escola pública na relação com as políticas sociais**. E-Mosaicos, v.6, n.12, 2017.

AMARAL, E. F.L; MONTEIRO, V. P. **Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, V. 56, n. 03, p. 531-570, 2013.

AMARAL, E. F. L.; WEISS, C.; GONÇALVES, G. Q. **An evaluation of the impact of the educational conditions of Brazil's Bolsa Família Program, 2005**. In: New York. Inequality Workshop, 2013. New York, 2013.

AMARTYA, S. As mil facetas da pobreza (2001) DADOS- Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2001-07-01/amartya-sen-e-as-mil-facetadas-pobreza%2C9286.html>

ARROYO, M. Pobreza, desigualdades e educação. Brasília: **Ministério da Educação**, 2018.

BARATTA, T. et al. (Coord.). Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social – **SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF**. Rio de Janeiro: IBAM; Unicarioca; Brasília: MDS, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BATISTA, N.M.C. **Trajetórias de sucesso escolar dos jovens oriundos de escolas públicas no ensino superior**. Dissertação de Mestrado em Educação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

BOURDIEU, P. A **Escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio (orgs). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 39-64.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Programa Bolsa Família. 2003. Disponível em: Acesso em: 21 março, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Comissão Intergestora Tripartite (CIT). **Resolução nº 07 de 10 de setembro de 2009**. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Volume I. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá

outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PRONATEC, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - **MDS**. Portaria nº 251 de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do PBF, revoga a Portaria nº 321 de 29 de setembro de 2008. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória** no 132, de 20 de outubro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória** no 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Programa Bolsa Permanência. Brasília, 2023. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>> Acesso em: 21.03.2023.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Fundo de Financiamento Estudantil, 2023. Disponível em: <<https://accessunico.mec.gov.br/fies>> Acesso em: 21.03.2023.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Programa Universidade Para Todos, 2023. Disponível em: <<https://accessunico.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em: 21.03.2023.

CARNEIRO, A.R. **Justiça restaurativa**: um estudo exploratório a partir da perspectiva do professor mediador escolar e comunitário. Dissertação de Mestrado em Educação. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2017.

CARNELOSSI, B. C. N.; BERNARDES, M. E. M. **A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família**. Perspectiva, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 285-313, jan./abr. 2014.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, Edward M.; SILVA, Jorge Luiz M. da. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista Economia Contemporânea**, V. 17, n. 1, p. 99-128, jan./abr. 2013.

SCALON, C. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Revista Economia Contemporânea**, Jan.–Jun. 2011, p. 50-68.

DALLMANN; J. M. A. **Medicalização da pobreza ou a pobreza condicionada**: Um estudo sobre o Programa Bolsa Família. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFSC, Florianópolis, março de 2015.

DUBET, F. **O que é uma escola justa**. Cadernos de Pesquisa, Paris: Seuil, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DUARTE, N. de S. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, v. 94, n. 237, p. 343-363, maio/ago. 2013.

FERRARO, A. R; MACHADO, N. C. F. **Da universalização do acesso à escola no Brasil.** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002

DALLMANN, J. M. **Medicalização da pobreza ou a pobreza condicionada:** um estudo sobre o Programa Bolsa Família. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

FLOR, T. O. *et al.* Revisões de Literatura como método de pesquisa: aproximações e divergências. In: **Anais do VI Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências,** 2021.

FREIRE, P. **Professora Sim, Tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade,** Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 299-325, 2002.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade,** Campinas, SP, v. 28, n. 100 Especial, p. 965-987, out. 2007

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 1984. 1ª ed.p. 7-135.

GALLI, C.M. **O PET-Saúde e a formação dos estudantes na visão dos tutores.** Dissertação de Mestrado em Ensino e Saúde. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GLEWWE, P. e A. L. KASSOUF **The Impact of the Bolsa Escola/Familia Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Drop Out Rates and Grade Promotion in Brazil.** Department of Applied Economics, University of Minnesot, 2008.

GOMES, D.F.N. **Construção da identidade profissional em jovens universitários bolsistas:** um estudo a partir dos valores e das definições de âncoras de carreira. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L.D. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.10, n.2, p.357-363, 2005.

GONÇALVES, A.C. **A influência do Programa Bolsa Família na educação especializada:** olhares e vivências. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2015.

GONÇALVES, L.S.M. **Do distrito à pós-graduação:** trajetórias escolares longevas de jovens de camadas populares. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

GONÇALVES, G. Q. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre indicadores educacionais dos jovens brasileiros.** 2015. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GONÇALVES, G. Q.; MENICUCCI, T. M. G.; AMARAL, E. F. L. Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, V. 47, n. 165, p. 770-795, jul./set. 2017.

GONZALEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Thompson Editores, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, A. A. **ProUni: possibilidades e desafios para a emancipação de bolsistas no atual contexto do mundo do trabalho.** Tese de Doutorado em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.** CIPOLLA, Marcelo Brandão(trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JACOMÉ, L.S. **Programa Bolsa Família: análise sobre o mercado de trabalho secundário e a geração “nem-nem” nas áreas urbanas e rurais do Brasil.** Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

JANUZZI, P. M.; PINTO, A. R. **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: Uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família.** In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, p. 179–192, 2013.

LEMOS, R.F. **A atuação do analista do comportamento em políticas públicas: ação intersetorial em âmbito local para aumentar a frequência escolar de adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.** Tese de Doutorado em Ciências do Comportamento, Universidade Nacional de Brasília, Brasília 2018.

MARCHESI, T.S.F. **A qualidade da Educação Superior nos instrumentos normativos sobre o SINAES.** Dissertação. 122f. (Mestre em Educação). Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2016.

MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-656, jul./set. 2010.

MENDES, K.T., RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. **População em Situação de Rua, vulnerabilidade e drogas: uma revisão sistemática.** *Psicologia & Sociedade*, v.31, 2019.

MIRANDA, I.S. **Transição para fora do esporte: a dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo Programa Bolsa Atleta do Distrito Federal.** Dissertação. 185f. (Mestre em Educação Física). Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência**: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para Discussão n. 1814).

OLIVEIRA, P.A. **PROUNI: avaliação das contribuições do Programa para a Educação Superior na perspectiva de alunos contemplados pelo programa na cidade de Fortaleza-Ceará**. Dissertação. 101f. (Mestre em Políticas Públicas e Mudanças Sociais). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

PARENTE, N.N. **As condições de acesso e permanência dos estudantes do Curso de Licenciatura em Física do IFCE, Campus de Sobral**. Dissertação. 168f. (Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

PERDIGÃO, D.A. **O canto da sereia?** A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira. Tese. 247f. (Doutor em Administração). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais**: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamons, 2010.

PEREIRA, R. M.; GALVÃO, M. C.; MAXIR, Henrique dos Santos. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, 35 (3), 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41476/9/2019\\_dis\\_lsjacome.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41476/9/2019_dis_lsjacome.pdf)

PRIETO, M. P. E. En el intrincado mundo de los conceptos. In: PRIETO, Mayra P. E. **Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad. Examinando el rol del Estado en la experiencia cubana**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2008, p. 21 – 93.

RENAULT, C.R.N.F. **Educação superior indígena na UnB**: perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes. Dissertação. 91f. (Mestre em Psicologia). Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2018.

ROCHA, C.S. **Por que eles abandonam? evasão de bolsistas PROUNI dos cursos de licenciaturas**. Tese. 133f. (Doutor em Educação). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

ROMÃO, P.C.R. **Vivências dos ex-beneficiários do Programa Bolsa Família bolsistas do Prouni que frequentam cursos de graduação com maior e menor prestígio em universidade do interior do estado de São Paulo**. Dissertação. 119f. (Mestre em Educação). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

RISSATO, D. **O Programa Bolsa Família e a questão social em um território de**

**fronteira**. Curitiba: Appris, 2022.

RUMMERT, S.M.; ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

SAVIANI, D. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 9-32.

SCALON, C. Desigualdade, Pobreza e Políticas Públicas: notas para um debate. **Revista Contemporânea**. N.1, jan-jun. 2011. Pp. 49-68

SENNA, M.C.M et al. Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálysis**, v. 10. Florianópolis, 2007.

SILVA, E.F. **Educadores universitários do Programa Escola da Família**: uma reflexão sobre relatos de experiências e indicadores de evasão (2003-2011). Dissertação. 105f. (Mestre em Educação: História, Política e Sociedade). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SILVA, F.V. **Uma Breve discussão de quem são os sujeitos da EJA e quais as suas expectativas em sala de aula**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SILVA, M. A.; PINHEIRO, R. K. **A interseccionalidade de gênero, classe e raça em livros didáticos da EJA**. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 28, n. 54, p. 43-58, 2019.

SILVA, M. O. S. e; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T.A.G. **PROUNI**: política pública de acesso ao ensino superior – um estudo sobre a possibilidade de atenuação das desigualdades sociais com os egressos de uma instituição de educação superior privada de Brasília. Dissertação. 112f. (Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

SILVA, C.B. **Desemprego severo no Brasil**: uma análise da relação do Programa Bolsa Família no desemprego rural e urbano. Dissertação. 41f. (Mestre em Economia Rural). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020.

SILVA, S.A.R. **Quando ingressar na Universidade não é o suficiente**: vivências dos estudantes de camadas populares no curso de Direito da UFOP. Dissertação. 151f. (Mestre em Educação). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

SILVEIRA, A. D.; SCHNEIDER, G. Política educacional, pobreza e educação: retrato do atendimento aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família no Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 113-130, set. 2017

SOARES, S.R.S. **As desigualdades sociais e o acesso ao ensino superior: o que pensam os beneficiários do ProUni.** Dissertação. 217. (Psicologia da Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SOUZA, M.F. **Projeto Bolsa Universidade (2003-2014):** subsídio estadual ao ensino superior privado em São Paulo. Dissertação. 121f. (Mestre em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

TAMAROZZI, E.; COSTA, R.P. **Educação de Jovens e Adultos.** 2ª ed. Curitiba: IEDES, 2018.

ZADRA, C. C. P. S. **Trabalho infantil:** contextualização e análise comparativa do programa de erradicação do trabalho infantil – Peti. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ZIENTARSKI, C.; PEREIRA, S.M. Os caminhos para a democratização da educação no Brasil: qual o papel dos educadores neste processo? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 34, p. 154–166, 2012.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 4, ano3, p.143-159, 2006.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO<sup>19</sup>

Prezado (a)

Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a entrevista para a Pesquisa de Mestrado intitulada “O papel do Programa Bolsa Família no prolongamento dos estudos, de estudos dos beneficiários”.

Declaramos que os dados fornecidos são sigilosos e que a identidade do respondente será preservada, não havendo qualquer identificação do participante. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Declaramos, ainda, que se em algum momento decidir deixar de participar do estudo, isso lhe será permitido sem qualquer prejuízo, informamos que é seu direito ser mantido atualizado sobre os resultados da pesquisa. A participação não prevê remuneração financeira, bem como não haverá despesas pessoais para o participante.

Importante esclarecer que a sua participação é de extrema relevância para compreender como o Programa Bolsa Família impactou na trajetória escolar de seus beneficiários. Informamos, ainda, os resultados da pesquisa serão publicados e eventualmente serão apresentados em congressos científicos e a preservação da identidade do entrevistado será mantido em sigilo.

Eu, \_\_\_\_\_, após ter sido informado(a) dos propósitos da pesquisa e dirimida todas as dúvidas, aceito participar do estudo supra citado e de seus desdobramentos.

Corumbá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

Suellen Maria Monteiro Rosa Marcos  
Orientanda  
Email:suellen\_monteiro1@hotmail.com

Profº Dr Fabiano Quadros Rückert  
Orientador  
Email:fabianoqr@yahoo.com.

<sup>19</sup> Termos assinados e sob a guarda da pesquisadora.

**APÊNDICE- Roteiro de Entrevista Semiestruturada****QUESTIONÁRIO**

Boa tarde hoje é dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023 Eu, Suellen Maria Monteiro Rosa Marcos estou estudando e entrevistando \_\_\_\_\_

Para conversarmos a respeito da relação entre o Programa Bolsa Família, o benefício que ela/ele recebeu e a trajetória de estudos que ela/ele desenvolveu na condição de beneficiária.

Em respeito ao sigilo do participante, vou chama-lo pelo primeiro nome \_\_\_\_\_

- 1) Em que momento da sua trajetória escolar, você se tornou beneficiária/o do PBF?
- 2) Nas suas memórias você se recorda de uma preocupação de sua família em relação ao prolongamento do estudo?
- 3) O cumprimento da condicionalidade da presença escolar previsto no PBF causou algum constrangimento para você ou para o responsável da família?
- 4) Continuar os estudos foi uma escolha da sua família ou foi uma escola sua e a família apoiou?
- 5) Na condição de beneficiário, em algum momento você sofreu preconceitos pelos colegas ou professores da escola?
- 6) Como foi a transição do ensino fundamental para o ensino médio? Enfrentou dificuldades e desafios? Se sim, por quê?
- 7) No contexto geral a evasão escolar dos jovens pobres é maior no ensino médio, como foi essa experiência de cursar o ensino médio para você como um cidadão beneficiário do PBF. A condição de beneficiário contribuiu para a conclusão do Ensino Médio?
- 8) A intenção de ingressar no ensino superior surgiu durante o curso do ensino médio? Ou depois dele?
- 9) Por que você escolheu o curso de licenciatura em Pedagogia, para ingressar no ensino superior?
- 10) A formação que você recebeu na escola pública durante o ensino fundamental e médio, ofereceu condições para você acompanhar os conteúdos e atividades do curso em licenciatura em Pedagogia? Ou você enfrentou dificuldades?
- 11) O benefício recebido pelo PBF ofereceu um estímulo para o prolongamento de seus estudos ou ele não foi o fator decisivo.
- 12) Pensando no coletivo da sociedade brasileira, qual a sua opinião sobre a importância do PBF na escolarização dos grupos sociais mais pobres?